



FaE
Faculdade de Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
FORMAÇÃO INTERCULTURA DE EDUCADORES INDÍGENAS
LÍNGUAS, ARTES E LITERATURA

Laudiceia da Vitória Pagehú Alves

TRAJETÓRIA GUEREN (1500-2020):
HISTÓRIA DE SOBREVIVÊNCIA ATÉ O TERRITÓRIO PATAXÓ HÃHÃHÃE

Belo Horizonte

2020

LAUDICEIA DA VITÓRIA PAGEHÚ ALVES

TRAJETÓRIA GUEREN (1500-2020):
HISTÓRIA DE SOBREVIVÊNCIA ATÉ O TERRITÓRIO PATAXÓ HÃHÃHÃE

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais, como um dos requisitos para obtenção do Título de Licenciado em Formação Intercultural de Educadores Indígenas com habilitação em Línguas, Artes e Literatura.

Orientador: Guilherme Trielli Ribeiro

Belo Horizonte
2020

Dedico este trabalho a meu marido, Nilson Francisco Alves, pois não mediu esforços para me ouvir horas e horas. Sem o seu incentivo seria impossível a conquista dessa etapa de minha vida. Dedico-o também a minha tia, Maria Alexandrina (Dona Preta), a última filha viva do índio Manoel Veríssimo, portanto, matriarca Gueren e quem possui o maior conhecimento da história da família Alves. A ela, devo grande parte das informações contidas nesse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Nilson Alves, meu marido, meus filhos Diego Pagehú e Pâmella Pagehú, minha sogra Helena Alves, tia Preta, minha cunhada Lurdes Falcão, pela ajuda, crítica e orientação a mim dedicadas; pela compreensão, incentivo e companheirismo; e aos amigos companheiros que foram presentes na minha vida durante este curso.

À turma do FIEI, em especial a minha turma da LAL - Línguas Artes e Literatura 2016 – 2020. Aos meus Professores Guilherme Trielli Ribeiro (Orientador), Marina Tavares, (Coordenadora de curso), Maria Gorete Neto, Shirley Miranda, Clarisse Alvarenga, Marcos Scarassatti, Carlo Sandro Campos, Carlos Augusto Novais, Edgar Barbosa, Gilcinei Carvalho, Josiley Francisco de Souza, Rodrigo Edinilson, Charles, Ana Gomes, Telma e Michelle. Aos bolsistas: João, Matheus, Ana Paula.

Agradeço aos meus entrevistados, tia Lisinha, tia Preta, tio Marinho, Edivaldo da Silva, dona Helena Alves e Lurdes Falcão.

Finalmente, agradeço a todo povo Pataxó Hãhãhãe da reserva indígena Caramuru Catarina Paraguaçu.

RESUMO

Este trabalho teve como tema central a trajetória Gueren (1500-2020): História de sobrevivência até o território Pataxó Hãhãhãe. O objetivo desta pesquisa foi propiciar mais conhecimentos a respeito das raízes, do percurso e da história do povo Gueren e fazer com que cada membro desta etnia, caso queira, possa reconhecer sua origem e, se possível, trazer alguma contribuição para a comunidade indígena do Caramuru Catarina Paraguaçu, além de procurar conscientizar a comunidade sobre a importância deste povo na história brasileira. Esta pesquisa foi realizada a partir de fontes bibliográficas, entrevistas com duas anciãs (uma da etnia Gueren e outra da etnia Kamakã), um ensaio visual de indivíduos Gueren, mapas de localidades onde parte desta etnia viveu no Posto Caramuru e criação da árvore genealógica da família Alves. Recenseamos as famílias Gueren que vivem na comunidade Pataxó Hãhãhãe, buscando dar visibilidade a este grupo étnico dentro desta comunidade. Apresentamos também informações de estudos feitos por historiadores, linguistas e antropólogos não índios. Como resultado desta pesquisa, obteve-se descobertas de novos ramos da etnia Gueren. Percebeu-se que aumentou o interesse da maioria dos indivíduos deste grupo étnico em querer saber mais sobre suas origens. Além disso, verificou-se uma grande quantidade de Gueren aldeados e não aldeados e que o número desses indivíduos é muito maior do que se imaginava antes desta pesquisa. Constatou-se também que os Gueren pertencem ao grupo denominado Botocudo, pois se pensava que os Krenak fossem o único grupo remanescente de Botocudo existente até o momento.

Palavras-chave: Gueren; Botocudo; Família Alves; Discriminação; Pataxó Hãhãhãe.

LISTA DE FOTOGRAFIAS		
FIGURA 01	Gravura dos Botocudos	Página 10
FIGURA 02	M ^a Alexandrina (Preta)	Página 17
FIGURA 03:	Eliza Maria dos Anjos (Lizinha)	Página 20
FIGURA 04:	Mapa da Reserva. Indígena Caramuru	Página 23
FIGURA 05	Formulário do censo – 2018 dos Gueren	Página 27
FIGURA 06	Foto da terra que Manoel Veríssimo recebeu	Página 36
FIGURA 07	Mapa da local. das terras de Manoel V. em 1930	Página 37
FIGURA 08	Gravura dos Botocudo	Página 45
FIGURA 09	Família Alves	Página 46
FIGURA 10	Eliza Maria dos Anjos (Tia Lizinha)	Página 47
FIGURA 11	Adelino Francisco Alves	Página 48
FIGURA 12	Silvino B. dos Santos	Página 49
FIGURA 13	Onildes de Jesus Santos	Página 50
FIGURA 14	Nelson Gomes dos Santos	Página 51
FIGURA 15	M ^a Alexandrina (Preta)	Página 52
FIGURA 16	Antônio Francisco Alves	Página 53
FIGURA 17	Eurico Francisco Alves	Página 54
FIGURA 18	Laura Madalena de Jesus	Página 55
FIGURA 19	Américo Francisco Alves	Página 56
FIGURA 20	João Francisco de Jesus	Página 57
FIGURA 21	Telesforo Martins Fontes	Página 58
FIGURA 22	Árvore genealógica da família Alves	Página 62

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	CAPÍTULO 1: ETNIA GUEREN	8
2.1.	AIMORÉ, GUEREN OU BOTOCUDO?	12
2.2.	ALDEIAS	14
2.3.	TRÊS TRONCOS	16
2.5.	HISTÓRIA VIDA	18
3.	CAPÍTULO II: GUEREN ALDEADOS	22
3.1.	NOTA DE ESCLARECIMENTO	24
3.2.	CENSO DOS GUEREN – 2018	25
3.3.	PÓS-CONTAGEM	26
3.4.	DESCOBRINDO NOVAS FAMÍLIAS	27
3.4.1.	Silvino	28
3.4.2.	Antônia.....	29
4.	CAPÍTULO III: FAMÍLIA ALVES	31
4.1.	LUCINDA TEREZA.....	32
4.2.	CASAMENTO.....	32
4.3.	MORTE DE LUCINDA	33
4.4.	SEGUNDO CASAMENTO	33
4.5.	MANOEL VERÍSSIMO	34
4.6.	CONVÍVIO DE DOIS POVOS	36
4.7.	FALECIMENTO	37
4.7.1.	Filhos de Manoel Veríssimo e Maria Madalena	38
4.8.	MARIA DO CARMO	38
5.	CAPÍTULO IV: RAZÃO DA DIÁSPORA ALVES - ETNIA GUEREN ...	39
5.1.	SOFRIMENTOS	40
5.2.	MOTIVAÇÃO DO RETORNO.....	41
6.	CAPÍTULO V: ENSAIO FOTOGRÁFICO	44
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
8.	FERERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1. INTRODUÇÃO

Sou da etnia Tupinikin. Nasci na aldeia indígena Caieiras Velhas, município de Aracruz (ES) e fui registrada em Santa Cruz (ES), em 1960. Minha família saiu de lá quando eu tinha cinco anos de idade. Estudei em escolas não indígenas até completar o ensino médio, durante o qual conheci um colega índio da etnia Gueren, Nilson Francisco Alves, e me interessei por ele. Começamos a namorar e fiquei sabendo que sua família veio da Aldeia Caramuru, no município de Pau Brasil (BA). Casamos e tivemos dois filhos: Diego Pagehu Alves e Pâmella Pagehu Alves.

Em 1997 resolvemos visitar os familiares do meu marido na Aldeia Caramuru e nos apaixonamos pela aldeia, passando a visitá-la com mais frequência até tomarmos a decisão de morar definitivamente lá.

Ao visitar uma das famílias de outra etnia na aldeia, percebi que havia certa rejeição pela etnia Gueren ao ouvir a seguinte afirmação: “Os Gueren não existem mais!” Levei um susto quando ouvi tais palavras, porque eu era casada com um Gueren e sabia que a sua família era numerosa. Além da família do meu marido, conhecia várias outras famílias dessa etnia, aldeadas e não aldeadas. Chegaram até mesmo a questionar, por várias vezes, a existência desse povo, durante uma assembleia geral da comunidade. Algumas pessoas não queriam nem mesmo colocar no Regimento Interno da Aldeia Caramuru a etnia Gueren como uma das etnias que compõem o povo Pataxó Hãhãhãe. A redação do texto dizia que além dos povos que compõem os Pataxó Hãhãhãe, havia aqueles que apenas moravam na aldeia — e os Gueren estavam entre eles. Logo, Nilson Alves, meu marido, que é Gueren, contestou, perguntando o que os levava a não incluir os Gueren entre as etnias que compõem o povo Pataxó Hãhãhãe. Somente após muita conversa, o bom senso prevaleceu e, nessa mesma assembleia da nossa comunidade, por meio de uma votação, ficou reconhecido o direito de se colocar no Regimento Interno os Gueren como uma das etnias que compõem o povo Pataxó Hãhãhãe.

Decidi escrever o meu Trabalho de Conclusão de Curso da UFMG sobre a etnia Gueren como forma de afirmação dessa etnia como uma das etnias do povo Pataxó Hãhãhãe. O povo Gueren é uma etnia viva, valente e que merece ser respeitada como etnia indígena atuante.

2. CAPÍTULO 1: ETNIA GUEREN

Pouco se sabe sobre a etnia Gueren. A desinformação é tanta, que circula em nossa aldeia o pensamento de que Gueren é um vocábulo inventado pelo branco com o propósito de ser aceito como índio para garantir o direito de morar na aldeia. Por outro lado, há entre alguns anciãos de outras etnias, aqueles que sabem da existência da etnia Gueren, mas não querem admitir. Não se sabe o motivo pelo qual procedem assim.

Deste povo que hoje vive no Posto Indígena Caramuru Paraguaçu pode-se dizer que são oriundos da região de São Fidélis, em Valença, sul da Bahia, onde até hoje existe um povoado com o nome de Gueren, criado pela lei provincial nº 300, de 23 de Maio de 1848¹, em memória desta etnia, com cerca de 1900 famílias.

Antes de falar sobre os Gueren², no entanto, é necessário fazer uma breve referência aos Botocudo.

Para contar a história dos Botocudo é preciso sentir alguma empatia por este povo para não correr o risco de colocá-lo como vilão e deixar os invasores europeus como heróis. Temos de parar de contar a história da perspectiva dos portugueses, que retrata os Botocudo como hostis, e começar a contar uma outra história, feita de humilhação e extermínio sofridos pelo nosso povo. Existe uma intenção praticamente escancarada de se manter uma única versão da história do Brasil por parte da história oficial, hegemônica, cuja principal marca é a exaltação dos algozes, no caso, os portugueses.

A história dos povos indígenas chega até nós contada pelos naturalistas do século XIX, exaltando os feitos dos colonizadores europeus e mostrando os Botocudo como uma espécie exótica a ser catalogada, dado o seu aspecto físico e sua cultura. A versão hegemônica da história divulga que a nação botocuda foi exterminada por completo. Porém, omite que muitos guerreiros e guerreiras Botocudo conseguiram sobreviver, fugindo para as matas e dando continuidade ao seu povo. Dizer que o Botocudo foi extinto seria o mesmo que dizer que os Krenak e os Gueren, que são subgrupos dos Botocudo, também não existem. É o

¹ Informação de criação do distrito de Gueren, extraída do site biblioteca.ibge.gov.br, no 11º parágrafo da 1ª página.

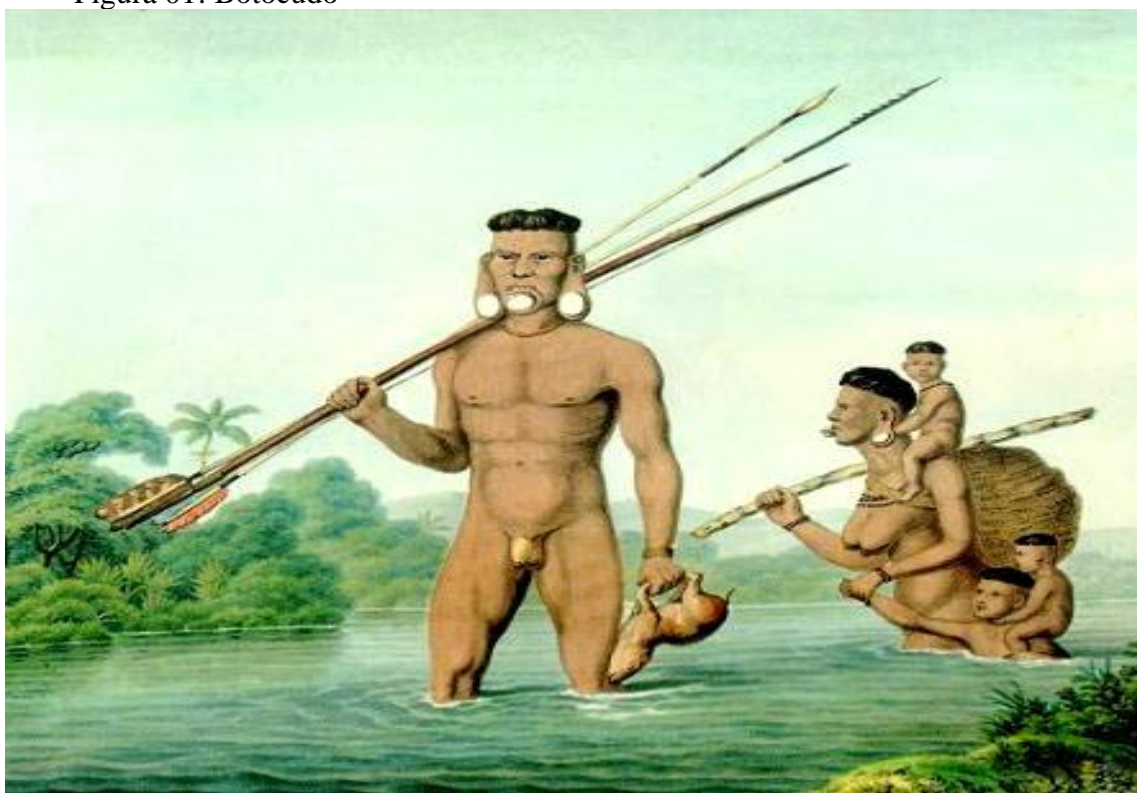
² Etnologia de Gueren: encontrei um texto em 2018, no Link www.dicionario10.com.br/gerem/, que foi extinto, em que dizia que Gueren é um indivíduo indígena pertencente ao grupo dos Gueren; falante da língua da família linguística Botocudo. Alguns membros desse grupo fundiram-se com Baenã, Kamakã, Kiriri-Sapuyá, Tupinambá e parte dos Tupinikin, e identificam-se desde então como Pataxó-Hãhãhãe.

mesmo que virar o rosto para fatos e verdades históricas contidas em diversas pesquisas feitas por vários historiadores e antropólogos (PARAÍSO, 1992).

Busquei informações em documentos do século XX, elaborados por etnólogos, linguistas, historiadores, indigenistas e antropólogos — nomeadamente, a antropóloga Maria Hilda Baqueiro Paraíso, em “Os Botocudos e sua Trajetória Histórica”³ a fim de dirimir possíveis dúvidas sobre o tema em questão.

Vimos que a denominação "Botocudo" é tão somente um termo genérico e não étnico. Essa alcunha foi dada a esses índios pelo fato do uso dos botoques labiais e auriculares. Esses ornamentos eram feitos de uma madeira chamada barriguda que, depois de cortada nas dimensões desejadas, era desidratada toda no fogo, o que a tornava leve e branca. Após essa fase, o botoque era pintado à base de urucum e jenipapo com desenhos geométricos. (Paraíso, 1992. p. 23). Na gravura abaixo, encontra-se uma representação dos Botocudo.

Figura 01: Botocudo



https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Familia_botocudo.jpg

³ PARAÍSO, Maria Hilda B. Os botocudos e sua trajetória histórica. História dos índios no Brasil, v. 2, p. 413-430, 1992.

Esses índios foram duramente hostilizados e explorados pelos portugueses. Mas por que tanta fúria contra os Botocudo? O interesse econômico pelas regiões em que viviam, localizadas ao sul da Bahia, norte do Espírito Santo e nordeste de Minas Gerais, levaram os colonizadores portugueses a invadirem essas terras, apresentando como desculpa para o massacre o grau de periculosidade que aqueles indígenas, supostamente sanguinários e antropófagos, traziam para a população branca. Como consequência da invasão, sofreram um contra-ataque indígena, o que levou os portugueses a declarar guerra contra os Botocudo. Em 13 de maio de 1808, a declaração de guerra hipocritamente recebeu o nome de “guerra justa aos Botocudo”.

D. João VI ordenou que se enviasse um grande contingente de soldados armados com o propósito claro de aniquilar por completo os Botocudo. Caso houvesse algum sobrevivente, teria de se submeter ao trabalho escravo. Segundo Paraíso, muitos índios morreram tentando proteger o seu território, a ponto de quase acontecer o extermínio (PARAISO, 1992).

Atualmente boa parte dos estudiosos do assunto acredita que a prática antropofágica atribuída aos Botocudo deve ter sido apenas uma desculpa para justificar a ação genocida por eles praticada a esses indígenas:

Como escreveu o barão Johann Jakob von Tschudi, naturalista suíço que visitou a região por volta de 1860: “Os portugueses adotaram os meios mais infames para atingir esse objetivo. [...] Nenhuma nação europeia se rebaixou tanto para manchar seu nome e sua honra como Portugal”. Mas ele adiciona: “Nos últimos tempos, apesar de já existir uma Constituição brasileira, que, infelizmente, tem sido implementada de forma muito precária, a guerra de destruição contra os índios na província de Minas Gerais ainda continua”. (Folha de S. Paulo, 13/05/2008)

As palavras da citação acima infelizmente ainda refletem a realidade dos povos indígenas de hoje. Mudaram apenas os atores e as formas de opressão. Não tem adiantado muito haver leis, pois elas não são postas em prática. A invasão das terras e o extermínio dos povos indígenas continua. A guerra dos portugueses contra os Botocudo teve seu início em 1808, como foi mencionado anteriormente, e durou 23 anos, encerrando-se no ano de 1831.

Nos primeiros anos de tentativa de colonização do país os europeus encontraram aqui esses índios que na época eram conhecidos como Aimoré. Daquela época em diante esses

povos não tiveram mais paz e começou a luta pela sobrevivência. Foram perseguidos ferrenhamente e, para sobreviver, precisaram se reinventar, pois tinham que lutar contra investidas nunca enfrentadas antes, como o caso da escravização, na metade do século XVI, altura em que os europeus perderam a mão de obra forçada dos índios Tupinikin e Tupinambá e queriam dar continuidade à produção em engenhos de açúcar.

Outra triste situação que tiveram de enfrentar foi o genocídio causado pela epidemia de sarampo. Este inimigo desconhecido começa a ser enfrentado em 1602 quando são transferidos para a ilha de Itaparica, no Recôncavo Baiano, onde mais uma vez foram expostos ao contágio de doenças infectocontagiosas e, para não serem exterminados, fogem de volta para as matas. Como se não bastasse, queimavam aldeias inteiras e muitas vezes tiveram suas roças dizimadas pelo fogo, o que os levava à morte por falta de alimento, pois em muitos casos também lhes tiravam o direito de caçar e pescar.

A caça aos Botocudos criou uma nova situação no relacionamento colonizador/colonizado. Cada vez mais, pequenos bandos procuravam contatos pacíficos, entregando-se ao aldeamento como forma de garantir a sua sobrevivência, ameaçada pelos choques com os colonizadores e com outros grupos indígenas, em função da redução e da perda dos territórios. (Paraíso 1992: p. 417).

A maldade dos europeus era tamanha que logo se começou a perceber nitidamente os efeitos negativos na composição demográfica do grupo. Essa nova situação criada com a perseguição deste povo leva o Botocudo, acostumado a lutar e vencer, ao cúmulo da humilhação e sofrimento. Percebe que eles tinham apenas duas decisões a tomar: morrer por falta de alimento ou se entregar aos europeus. Ao que parece, eles veem nessa segunda opção uma oportunidade de mais tarde ressurgirem triunfantes como nação guerreira que são.

A antropóloga Maria Hilda Paraíso fala que o povo Botocudo vivia numa faixa da Mata Atlântica da Zona da Mata na direção leste-sudeste, onde prováveis limites seriam o vale do Salitre, na Bahia, e o rio Doce, no Espírito Santo.

Após séculos de estudos sobre este povo, chegou-se à conclusão de que eles foram se dividindo em vários subgrupos e acredita-se que a maioria deles foram extintos, ficando apenas alguns indivíduos que se juntaram aos Krenak e provavelmente a outras etnias. Diz a pesquisadora que ainda é muito difícil precisar o número existente destes grupos. Isso requer dedicar um novo tempo de intensas pesquisas. Afirma que há notícias de remanescentes

Botocudo nos três estados em que viviam originalmente, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, e que será iniciada em tempo oportuno uma nova etapa de trabalho para checagem dessas notícias. A dificuldade de checagem se encontra no fato desses grupos serem nômades e, portanto, terem se dividido constantemente à procura de área com fartura de alimento ou, outras vezes, por questões de brigas internas. Além disso, em muitos casos acontecia de para onde quer que fossem costumavam se autodenominar com nomes diferentes, de acordo com a região que ocupavam; às vezes, com nomes de caciques que chefiavam as dissidências, e também com nome de rios.

Entendemos que houve uma desaceleração na continuidade de pesquisa dos subgrupos Botocudo com exceção, talvez, para os Krenak. Porém, Maria Hilda B. Paraíso dedicou um tempo especial de pesquisa aos grupos indígenas do território Pataxó Hãhãhãe e descobriu entre estas etnias um grupo de remanescentes Gueren vivendo na Aldeia Caramuru vindo de São Fidelis. A historiadora afirma que mesmo na área Krenak ainda há algumas dúvidas quanto à identificação das identidades originais que hoje se denominam conjuntamente de Krenak. Na citação a seguir são apresentados vários subgrupos dos Botocudo com suas variadas autodenominações.

Até mesmo na área Krenak, ainda há algumas dúvidas quanto à identificação das identidades originais que hoje se denominam conjuntamente de Krenak. Sabemos haver: Krenak, Pojixá, Nakrehé, Gutkrak, Minajirum, Etwet e Naknenuk, num total de cem pessoas recenseadas em 1989 (PARAÍSO, 1991, p 423).

Ao que parece, além desses povos mencionados, pode haver ainda outros subgrupos dos Botocudo. Haja vista que outros pesquisadores e inclusive a própria Maria Hilda Paraíso reconhecem nos Gueren, um subgrupo Botocudo.

2.1. AIMORÉ, GUEREN OU BOTOCUDO?

Ao longo dos anos, os Aimoré foram se adaptando e ao mesmo tempo apresentando várias mudanças no seu nome. Numa linha de tempo, observou-se que durante o século XVI este grupo indígena foi predominantemente conhecido como Tapuia e Aimoré e segundo avaliação técnica da antropóloga Maria Hilda B. Paraíso, o mais correto é que o nome Aimoré é mais adequado para a denominação daquele período. Já no século XVII percebeu-se uma

crescente mudança na denominação dessa etnia, passando a ser reconhecida como Gren. Com o avançar dos anos, na metade do século XVII, pesquisadores percebem nova mudança na nomenclatura deste grupo étnico, que passou a ser predominantemente designado como Gueren. Durante toda a segunda metade do século XVII e metade do século XVIII essa denominação foi utilizada, mas a partir da segunda metade do século XVIII, os portugueses passaram a chamá-los de Botocudo.

Ruth Monserrat e Charlotte Emmerich, em um boletim do Museu do Índio, afirmam sobre os Aimoré/Gueren e Botocudo:

A julgar pelos relatos da época, os Gueren constituem um subgrupo dos Aimoré. O caráter nômade é um traço cultural marcante dos grupos Jê, qual seja o desmembramento em pequenas tribos, bandos ou famílias provocadas pela disputa do poder tribal ou necessidade de subsistência, são frequentemente mencionados para ambos os grupos e teriam favorecido a nação Aimoré em tribos, uma das quais seria a dos Gueren. Esta identidade histórica entre Aimoré e Gueren parece confirmar-se no emprego do termo CRENTON 'gente de cabelo feio', por ambos os grupos para denominar os portugueses, pois demonstra que os dois grupos usavam a mesma língua para sua comunicação. (Emmerich, Charlotte & Ruth Monserrat 1975, p. 6-7)

A verdade é que há muita coerência no raciocínio dessas pesquisadoras. Se dois grupos se comunicam na mesma língua é quase impossível que possam pertencer a etnias diferentes. Havia entre estes grupos até desavenças, mas quando precisavam de ajuda para defender o grupo principal ou subgrupo, estavam prontos para juntarem forças para defender um ao outro. O próprio príncipe Alemão Maximiliano⁴, em 1817, cheio de simpatia pelos Botocudo, chega a estudar a língua botocudo no Rio Doce, MG. Tomou conhecimento de que havia um grupo de Gueren, da família dos Botocudo, na aldeia de Almada na Bahia, e viaja para confirmar se era verdadeira a relação linguística entre Gueren, Aimoré e Botocudo. No local encontra um senhor conhecido como Capitão Manoel e constata a semelhança entre a língua dos Gueren e Botocudo. Afirma que o ancião se emocionou ao ouvi-lo falar na língua botocudo, aprendida e pronunciada pelo príncipe.

⁴ Informação extraída da tese de mestrado de MARCIS, Terezinha. Freguesias de índios na Capitania de Ilhéus: instituição e extinção da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos índios Grens, 1759-1814. Marcis atribuiu esta informação (WIED-NEUWIED, 1969, p. 330-331).

2.2. ALDEIAS

Apresentamos na sequência os quatro últimos lugares de aldeamento dos índios Gueren antes de fixarem morada no Posto Indígena do Caramuru. André de Almeida Rego, doutor em História Social, na tese *Trajetórias de Vidas Rotas: Terra, Trabalho e Identidade Indígena na Província da Bahia (1822-1862)*, afirma que entre 1855 e 1861 havia: 1) a Aldeia de São Miguel localizada na foz do rio de Conta com o litoral baiano (segundo Rego, estabelecer a data em que foi fundada a partir dos documentos acessados é um tanto problemático); 2) a Aldeia dos Índios Gueren, também chamada de aldeia Almada; e 3) a Aldeia Nossa Senhora dos Remédios, fundada em 1728.

Devido à falta de recursos financeiros para prover as necessidades básicas dos missionários italianos, mais precisamente após o governo do Marquês de Pombal, foi preciso transferir boa parte dos índios da aldeia dos Remédios para a aldeia de São Fidélis, que na sequência é apresentada como a quarta aldeia (REGO, 2014. p 141).

Após três séculos tentando sobreviver, os Gueren chegam ao aldeamento de Una ou São Fidelis, fundado em 1745, pelo missionário capuchinho Frei Anselmo de Adorno. De início esta aldeia pertencia à jurisdição de Cairú e era conhecida como aldeia de Una do Cairú e ficava às margens do rio Una. Anos depois, Valença recebeu o título de Vila e saiu da jurisdição de Cairú, sendo incorporada à jurisdição de Valença, onde mais tarde recebe o nome de Aldeia de São Fidelis. De início, abrigava os índios tupinambá, mas em 1748, passou a receber grande quantidade de índios Gueren que vinham da Aldeia Nossa Senhora Dos Remédios que, como já foi mencionado, teve suas atividades missionárias paralisadas.

Num relatório do ano de 1851, em que se indica a localidade e a composição das aldeias indígenas da Bahia, encontra-se a informação de que no aldeamento de São Fidelis havia 59 famílias perfazendo um total de 207 indivíduos, dispostos como mostra o quadro abaixo:

Posição demográfica do relatório de 1851 da aldeia de São Fidelis		
3 viúvos	16 solteiros	41 casados
41 mulheres casadas	1 viúva	105 menores.

No fim do séc. XIX, com a intensificação da invasão de terras indígenas, aumenta também a exploração dessas terras em nome do desenvolvimento. Com isso, os índios decidiram se defender dos ataques dos poderosos. Era o fraco lutando contra o forte. Nessa luta, como era de se prever, o resultado foi desastroso para os índios. Apavorados pelo fracasso do contra-ataque, começaram a abandonar a ideia de lutar.

Desde que saiu do seu habitat natural e passou a ter contato com o branco, esse povo só foi se degradando. São forçados a saírem da mata para aldeia e da aldeia para fazendas. Sai da aldeia São Fidelis sem destino e aonde houvesse um lugar que pudesse abrigar suas famílias e alimentá-las, aí ficavam. É importante lembrar que, a essa altura, muitas famílias indígenas já estavam praticamente aculturadas e, por isso, preferiam procurar trabalhos em fazendas para suprir o sustento da família do que voltar para as matas. Veja o que afirma Maria Hilda B. Paraíso:

O contato com a sociedade nacional provocou a aceleração das mudanças sociais dos grupos botocudos, levando à desagregação sócio-econômica e política com graves reflexos na vida da única comunidade botocudo reconhecida que ainda sobrevive: a dos Krenak. (PARAÍSO,1992, p 425)

Podemos enxergar nessa citação que este povo se depara constantemente com o caos da sobrevivência. Ficam sem sua aldeia; com seu sistema econômico totalmente destruído; sua frágil organização social destruída e, pelo que se percebe, não sabe mais viver no convívio da mata, muito menos fora da aldeia, sendo que até dentro da aldeia estão desorientados. A antropóloga fala de "graves reflexos" na vida da comunidade Botocudo.

Ao se referir aos Krenak como única comunidade Botocudo reconhecida que ainda sobrevive, é provável que na época a antropóloga e historiadora, estivesse com sua pesquisa sobre o povo Pataxó Hãhãhãe em curso, razão dessa afirmação. Provavelmente, só depois chega à conclusão da existência dos remanescentes Gueren vivendo aqui no território Pataxó Hãhãhãe.

2.3. TRÊS TRONCOS

Outro aspecto importante que deve ser considerado do Gueren como o segundo subgrupo dos Botocudo é o expressivo número de descendentes de três troncos da etnia Gueren (Manoel Veríssimo, Eugênio e Antônia) que vieram de São Fidélis para o Posto Indígena Caramuru na década de 30 do século passado. Estas três famílias moraram no posto indígena Caramuru durante três décadas até serem expulsos novamente por políticas aterrorizadoras impostas por fazendeiros apoiados pelo extinto SPI.

Temos a seguir uma fala e foto de uma anciã Gueren, descendente do tronco do índio Manoel Veríssimo, vindo de São Fidelis.

Figura 02: M^a Alexandrina (Preta)



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Maria Alexandrina, que carinhosamente chamamos de tia Preta, é uma anciã da etnia Gueren. Última filha do tronco de Manoel Veríssimo, tem 83 anos de idade e ainda planta sua própria horta. Faz corante de urucum e, puba de mandioca para todo sábado cedinho ir à feira trabalhar vender o fruto do seu trabalho. Ela gosta muito de nos visitar e contar histórias dos conhecimentos adquiridos com seus pais e avós e daquilo que vivenciou ao longo da vida. Em contrapartida, adoramos ouvir os seus relatos.

Certa vez, ela começou a contar alguns fatos e imediatamente, com seu consentimento, passamos a gravá-la. Transcrevo abaixo um trecho da entrevista:

Meu pai sempre contava histórias do seu povo. Contou que por duas vezes tentaram capturar os Gueren na mata e nessas duas vezes Zóia, sua avó, estava junto com esse grupo. Da primeira vez ela e todos os demais conseguiram escapar; porém, na segunda tentativa de capturá-los, não tiveram a mesma sorte. Os brancos conseguiram capturar Zóia, porque estava com um bebê no colo, e outro índio, por ter deficiência física nas pernas. Eles não conseguiram correr. Os brancos chamavam o aleijado de Kateco e ele dizia borum, Kateco borum. Tempos depois, os homens se distraíram e se esqueceram do índio aleijado e ele, aproveitando essa distração, fugiu para a mata, ficando Zóia e seu bebê em poder dos homens brancos.

Meu avô Antônio João e toda sua família são de Valença e três dos meus irmãos mais velhos nasceram lá: Antônio, Joana e Dorvalino. Quando meu avô, Antônio João resolveu se casar com Euzébia levou Manoel Veríssimo e mais três irmãs do casamento anterior e Euzébia também levou Maria Madalena e Carolina. Eles cresceram juntos, como irmãos de criação. Manoel Veríssimo e Maria Madalena começaram a namorar e resolveram se casar. Meu tio Sansão era irmão do meu pai por parte de pai e irmão de minha mãe por parte de mãe. Minha mãe era filha de criação do meu avô e nora ao mesmo tempo. Confusão, né?

Meu avô era assim: ele chegava num canto, não gostava, saía pra outro e meu pai cresceu do mesmo jeito. Depois que ele desaldeou, ficou assim descabeceado. Morava num canto, não dava certo, saía para outro... Não tinha terra, né? Tempos depois, papai foi parar no Rio do Meio. Lá, ele soube que tinha aqui no Caramuru o posto dos índios e que tinha muita caça. Ele era louco por caça e peixe. Saiu procurando e encontrou Fontes, um empregado do Posto do Caramuru. Logo que se apresentou, Fontes mandou buscar toda sua família para vir morar no Caramuru e ainda deu a ele uma terra.

Percebe-se nitidamente nesta entrevista, mesmo sem a entrevistada conhecer o assunto, algumas peculiaridades que pesquisadores mais antigos diziam ser característica dos Botocudos. Quando ela diz que seu pai “chegava num canto, não gostava, saía pra outro”, até chegar ao Caramuru, revela o caráter nômade deste povo. Outro traço marcante nesta entrevista foi a questão da língua, quando os brancos chamavam o índio aleijado de Kateco, ele parecia não gostar do nome que lhe puseram e respondia que era "borum". Também já sabemos que "borum" é uma palavra usada pelo povo Botocudo que quer dizer índio. Outro fator importante nesta entrevista é a confirmação do lugar de origem dos seus pais, que é a aldeia de São Fidelis, que segundo a antropóloga e historiadora Maria Hilda Paraíso foi o último lugar que os Gueren viveram antes de virem para o Caramuru.

Por fim, fala que seu pai encontrou no Posto Caramuru, Telesforo Martins Fontes, empregado do SPI⁵, comumente conhecido ou chamado de Fontes e logo que se apresentou, Fontes mandou buscar toda sua família para vir morar no Caramuru e ainda deu a ele uma terra às margens do antigo córrego do Nena, hoje chamado de Córrego do Salgado e firmaram boa amizade.

⁵ SPI - Serviço de Proteção ao Índio, fundado em 1910, no Rio de Janeiro.

2.5. HISTÓRIA VIVA

Figura 03: Eliza M^a dos Anjos (Lizinha)



Fonte: Arquivo pessoal - 2019

Até aqui, temos apresentado informações sobre os índios Gueren encontradas em estudos de antropólogos, linguistas e historiadores. Na sequência, trazemos informações contemporâneas sobre essa etnia colhidas em uma entrevista inédita que tivemos com a anciã da etnia Kamakã, detentora de vasto conhecimento sobre os Gueren que chegaram ao posto Indígena Caramuru a partir do ano de 1930. Estamos nos referindo a Dona Eliza Maria dos Anjos (tia Lizinha), que tem 94 anos e está totalmente lúcida. A entrevistada ainda faz sua própria roça e é altamente procurada pelo seu vasto repertório de saberes, ligados à cura por meio de plantas medicinais e com resultados excelentes.

Como sempre, ela estava de bom humor. Entramos e perguntamos se ela poderia nos dar uma entrevista. Ela sorriu e consentiu com a cabeça. Acharmos melhor que Nilson, meu marido, fizesse as perguntas por ser parente próximo e por ter mais liberdade com ela. Zequinha, o filho dela que estava presente, também concordou com a entrevista e ficou na sala. Nilson, então, esclareceu que se tratava de um trabalho para a universidade sobre a etnia Gueren.

Começamos a conversar e ela nos contou que no início o índio Gueren Manoel Veríssimo e o Kamakã José Caboco criaram fortes laços de amizade, aprenderam a respeitar um ao outro, ao ponto até de andarem e trabalharem juntos. Tia Lizinha contou-nos uma história que retrata o bom convívio entre essas duas etnias. Disse que os dois, a mando do coronel Vasconcelos, tinham de buscar um homem para o coronel aplicar certa correção. Eles foram conversando pelo caminho e chegaram à conclusão de não o trazer, pois o homem também era amigo dos dois. Acabaram sugerindo ao homem que fugisse.

Contou-nos também que quando seu pai, José Caboco, mudou para o Caramuru, ela já tinha dez anos de idade e já encontrou aqui o índio Manoel Veríssimo, que o ajudou durante seis meses, acolhendo sua família em sua casa e provendo de alimento até que a roça de mandioca de seu pai ficasse em condições de ser colhida. Tia Lizinha conhece o Gueren Manoel Veríssimo há oitenta e quatro anos e confirma que os Gueren Manoel Veríssimo, Diolina Otávio dos Santos e Eugênio José Dias viveram no Caramuru e vieram todos de São Fidelis (BA).

Ela fala desses troncos mais velhos que já morreram, indicando também a sua descendência. Citou o nome de Maria Alexandrina, filha de Manoel Veríssimo, que chamou de Preta. Contou com admiração como era bonito o lugar onde Manoel Veríssimo morava. “Era bem cuidado, com muita mandioca e muitos pés de frutas”. Foi perguntado a ela se esse povo era índio mesmo e ela respondeu, sem titubear, que sim: “São todos índios e vieram de São Fidélis para morar aqui no Caramuru”. Tia Lizinha cita que na época também foram chegando aos poucos os Kamakã e os Sapuyá, que vieram de Santa Rosa.

Durante a entrevista, ela relata que os Kamakã e os Gueren sofreram e ainda sofrem desprezo e discriminação por parte de algumas pessoas, principalmente pelos jovens da aldeia. No final, tia Lizinha demonstrou certa nostalgia ao utilizar a expressão “ê, pêga!” Como se essa conversa lhe trouxesse boas lembranças e muita saudade daquele tempo.

Conheço os Gueren há muitos anos. Eu tinha dez anos quando vim pra aqui e já tinha os Gueren aqui; hoje tô com noventa e quatro anos... Esses índios Gueren vêm de São Fideli. O finado Mané Verísso, Antonha, mãe de Diolina e Ogêno são os troncos mais velhos. É, veio tudo pra aqui, lá de Fideli, São Fideli, é isso, é. Os Gueren é tudo de lá de São Fideli. Esse pessoal já foi morrendo e acabando tudo. Só tem os jovens, a segunda derradeira geração. Dos filhos de Mané Verísso só a irmã Preta mora aqui e tem um sobrinho dela que mora aqui... Ela fala que Kamakã e Gueren não é índio. Tudo já falô. É, tudo já falô, já vi isso tudo aqui. Discriminação eis que botá nós pa trás, eis que botá nós pa trás... O finado Mané Verísso morava ali onde Carlão mora. Ô rapaz,

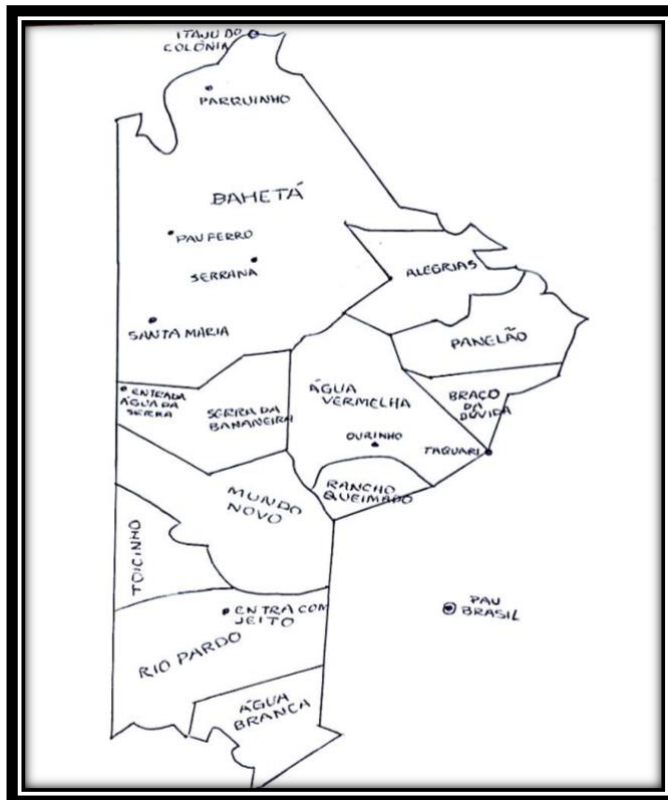
ali tinha um farturão. Ali era bem empastadinho, só você vissi... Tá lá de prova aqueis pé de jaca. Ali ele mais meu pai uniu, uniu muito.⁶

A história relatada por essa anciã é corroborada pela anciã Gueren Maria Alexandrina, de 83 anos, filha de Manoel Veríssimo, que confirma a continuidade dos índios Gueren como etnia atuante e moradores da Aldeia Caramuru desde 1930. A entrevistada fala do tempo que conheceu a família de Manoel Veríssimo, de Antônia dos Santos e de Eugênio, pai de Ganito, e ainda afirma contundentemente que eles vieram de São Fidélis, Município de Valença (BA), sem omitir a amizade firmada entre os dois troncos Manoel Veríssimo e José Caboco. Neste relato estão reunidas informações suficientes para dissolver qualquer dúvida que por ventura ainda possa existir quanto à existência da etnia Gueren e ajudar a firmá-la como etnia que compõe o povo Pataxó Hãhãhãe na reserva indígena Caramuru Catarina Paraguaçu.

⁶ Entrevista inédita de Eliza Maria dos Anjos (tia Lizinha), concedida no dia 14 de junho de 2019 à Laudiceia Pagehu e Nilson Alves.

3. CAPÍTULO II: GUEREN ALDEADOS

⁷ Figura 04: Mapa da Reserva Indígena Caramuru Catarina Paraguacú



Fonte: Alves – 2019

O retorno dos Gueren à Aldeia Caramuru no Sul da Bahia foi marcado por muita rejeição. Maria Alexandrina (Dona Preta) e seu irmão, João Francisco de Jesus (Marcha Lenta), ficaram sabendo que os índios estavam voltando para a Reserva Caramuru e consideraram o estado de sofrimento que estavam vivendo lá fora sem ter lugar certo para morar e trabalhando a dia para alimentar muito mal seus filhos. Então, conversaram entre si, pegaram tudo o que tinham, puseram em cima de um caminhão e voltaram para a aldeia Caramuru com suas respectivas famílias no ano de 1982. Ao chegar à aldeia, o cacique Saracura os reconheceu como índios nascidos nesta aldeia, mas pediu para eles voltarem num

⁷ O mapa do Território Pataxó Hãhãhãe foi desenhado manualmente por Nilson Francisco Alves a partir do mapa oficial do livro Mapeando Parentes – Identidade, memória, território e parentesco na Terra Indígena Caramuru-Paraguacú. Salvador: UFBA, 2012.

outro momento, quando a aldeia estivesse mais calma em virtude do conflito com os fazendeiros. Ficaram com medo de reviver os horrores das ameaças e os terrores das perseguições experimentados quando foram expulsos da primeira vez em 1953 e só tiveram coragem de voltar no ano de 2000. Não demorou muito, alguns índios Sapuyá fizeram uma reunião dizendo que eles não eram índios e que, portanto, deveriam sair da aldeia. Felizmente estavam presentes também nesta reunião o Sr. Marinho e Dona Lizinha, anciãos da aldeia Caramuru, que conviveram com eles quando ainda eram crianças e confirmaram que o Sr. João e Dona Maria haviam nascido na aldeia e os seus pais eram índios vindos da aldeia de São Fidelis (BA). Logo, filhos de índios, com certeza também eram índios. Mas as perseguições não terminaram aí. É certo que é praticada com mais intensidade pelos mais jovens e pode-se afirmar que até hoje a situação não mudou muito. Constantemente é levantada a questão de que o território foi separado para abrigar apenas três grupos étnicos, excluindo desta forma os Gueren.

Para dirimir dúvidas, leia-se o item 28 da ACO 312, na página 41, na decisão do Supremo Tribunal Federal:

Questionado sobre as tribos ou grupos de índios que habitavam a região do litígio, o perito respondeu:

"A consulta a algumas das diversas fontes disponíveis (Métraux, 1963; Nimuendaju, 1987 (1944); Wied-Neuwied, 1989 (1820); Spix e Martius, 1981 (1828); Paraíso, 1976 e 1982) demonstra que a área compreendida entre os rios Pardo e Colônia, que serviram de marcos para a definição da reserva Caramuru Catarina Paraguaçu, em 1937, era habitada pelos Pataxó, Baenã, Gueren e Kamakã. O mapa etno histórico de Curt Nimuendajú é claro quanto a presença destes grupos indígenas na área em apreço...

Assim, podemos dizer, com base nas fontes históricas e etnográficas disponíveis, que os povos indígenas habitantes da área em demanda são os Pataxó, Baenã, Kamakã e Gueren ou Gren, autodenominação dos chamados Botocudo, referidos nas fontes como originariamente habitantes da região. Na área próxima a reserva existiram vários aldeamentos indígenas instalados, em períodos diversos, para submeter as populações autóctones ao controle dos colonizados por intermédio da catequese religiosa." [f 1 . 4.175 - vol. XIII].

Esses índios têm sido humilhados e sofrido um gigantesco peso discriminativo, acompanhado de ameaças de expulsão da aldeia. Esse quadro começou a atenuar-se após a

redação e a aprovação do Regimento Interno do Povo Pataxó Hãhãhãe, que estabelece, no Artigo 11º, pg. 08, o seguinte:

A comunidade indígena Pataxó Hãhãhãe constitui-se das seguintes etnias:

01. Kiriri Sapuyá;
02. Baenã Hãhãhãe;
03. Kamakã;
04. Tupinambá;
05. Pataxó;
06. Gueren;
07. Fulni-ô;
08. Kiriri de Mirandela;
09. Terena;
10. Guarani.

3.1. NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em razão de haver em nossa aldeia, algumas pessoas que, por falta de conhecimento, não aceitam a ideia de Manoel Veríssimo Francisco Alves e Maria Madalena Alves serem índios, deixamos registrado a seguir, a título de esclarecimento, uma nota documental datada de 1944, fazendo menção a uma situação vivida pelo casal Manoel e Maria Alves. Consideramos que essa nota contribui para sanar possíveis dúvidas:

254 Ofício⁸ de José Brasileiro da Silva encaminha solicitação de registro dos filhos dos índios Manoel Veríssimo Alves e Maria Madalena Alves. P.I.A. Paraguacú, 08 de nov. 1944. Mf. [155 – Fg.1.807 Descritores: Assistência a Índios; Índios.]

⁸ [P.I.A.- Posto Indígena de Atração Paraguacú, 08 de novembro. 1944. Micro filmagem 155 – Fg.1.807 Descritores: Assistência a Índios; Índios.] **Fonte:** Povos Indígenas do Sul da Bahia – Posto Indígena Caramuru – Paraguacu (1910 - 1967).

Este ofício que o funcionário do SPI responsável pelo posto Caramuru, José Brasileiro da Silva, faz e encaminha ao órgão competente para registrar os filhos desse casal indígena, em 1944, faz também, ainda que subjetivamente, declaração pública a quem possa interessar que o casal Manoel e Maria Alves e seus filhos são verdadeiros índios e moradores dessa aldeia. Se o próprio chefe do posto, faz essa afirmação, não sobra espaço para alguém refutar essa declaração, sendo que talvez nem tenha tido a oportunidade de conhecer José Brasileiro e muito menos Manoel Veríssimo.

Quanto à discriminação sofrida no passado em relação aos Gueren do tronco de Manoel Veríssimo, aproveitamos para observar que desde quando fixamos morada no Caramuru, de vez em quando ouvíamos algum comentário sugerindo que Manoel Veríssimo não era índio. Não entendíamos o porquê desses comentários e também certa perseguição e oposição à família de Tio João e Tia Preta aqui na aldeia até certo tempo atrás. Resolvemos perguntar a um ancião se ele conheceu o índio Manoel Veríssimo. O ancião respondeu que Manoel Veríssimo não era índio. Ficamos muito tristes sem saber o que fazer, pois a família do meu marido tinha convicção de suas origens, inclusive com muitas provas testemunhais. Passado todo esse tempo, ninguém nos confrontou sobre esse assunto, até que, nesse ano, no mês de abril, o ancião chamado Valdivino, nosso amigo, marido de Dona Ester, resolveu perguntar ao Nilson, se o nome do seu avô era Manoel Veríssimo. Ele respondeu que sim e então Valdivino fez outra pergunta: ele teve um irmão chamado Pedro Veríssimo? Nilson respondeu: meu avô não tem nenhum irmão que se chama Pedro. Ele só teve um irmão e o seu nome é Manoel Sansão Francisco Alves. O ancião Valdivino continuou a falar: por volta dos anos 60, mais precisamente no ano de 1968, conheci nesta região uma família de fazendeiros com o sobrenome Veríssimo. Eram eles: Pedro Veríssimo, João Veríssimo e Manoel Veríssimo. Inclusive Pedro tinha um açougue em Pau Brasil. Nilson explicou a Valdivino que o seu avô morreu em 1948 e, logo, seria totalmente impossível essa pessoa ser o seu avô. Outra coisa, disse o Nilson, o nome do meu avô era Manoel Veríssimo Francisco Alves e o do seu irmão Manoel Sansão Francisco Alves; portanto, são nomes compostos e não sobrenome. Agora entendemos o porquê desta família ter sido por tanto tempo discriminada.

3.2. CENSO DOS GUEREN – 2018

Para maior inteireza de informação, resolvi pedir ajuda ao meu marido no sentido de

contar os Gueren que estão aldeados e os que estão fora da aldeia. Elaboramos uma ficha cadastral e nos reunimos com uma comissão de lideranças do povo Kamakã e Gueren para avaliar a nossa sugestão de fazer a contagem dos Gueren e também se a ficha estava boa ou se era necessário retirar ou acrescentar algum outro detalhe. Em seguida, fomos autorizados a fazer a contagem e começamos a cadastrar a partir das famílias que moram na região do Rio Pardo. A ficha de cadastro encontra-se na foto abaixo:

⁹ Figura 05 Formulário do censo – 2018 dos Gueren

CENSO 010/2018 KAMAKÃ / GUERÊN

NOME: Maria Madalena Mendes de Jesus
 D. NASCIMENTO: 25/11/1936 IDADE: 82 anos
 SEXO: F ESCOLARIDADE: 400 h. pedagógicas
 PROFISSÃO: Dona de casa
 ETNIA: Gueren TRONCO PRINCIPAL: Manoel Francisco Alves
 NÚMERO DO TÍTULO: 100.571.000.000 ZONA: 133

FILIAÇÃO
 PAI: Manoel Francisco Alves
 MÃE: Maria Madalena de Jesus

AVÓS PATERNO
 AVÔ: Antônio João Francisco Alves
 AVÓ: Eucárcia Lourenço Alves

AVÓS MATERNO
 AVÔ: Yanuel Queiroz (mãe índia)
 AVÓ: Eugênia Gabriela de Jesus Alves

ALDEADO: SIM () NÃO ()
 SE SIM, QUAL ALDEIA: Manoel Caramuru
 SE NÃO QUAL CIDADE E ESTADO:
 O QUE PRODUZ: Arroz, mandioca

ESTADO CIVIL: viúva CÔNJUGE:
 () NÃO () SIM ()
 SE SIM, QUAL ETNIA:
 NOME DOS FILHOS:
 01. Francisca Madalena Mendes IDADE: 58 anos
 02. Francisca de Jesus Mendes IDADE: 56 anos
 03. Cláudia de Jesus Mendes IDADE: 53 anos
 04. Estrelita de Jesus Mendes IDADE: 51 anos
 05. Adailton de Jesus Mendes IDADE: 48 anos
 06. Edilson de Jesus Mendes IDADE: 46 anos
 07. Alfonso Madalena Mendes IDADE: 44 anos
 08. IDADE:
 09. IDADE:
 10. IDADE:

AGENTE RECESADOR: Maria Mendes Jesus
 PAU BRASIL - BA, 26 DE Outubro DE 2018

Fonte: Alves - 2018

3.3. PÓS-CONTAGEM

Os Gueren da Reserva Caramuru são compostos por três troncos principais, sendo eles Manoel Veríssimo Francisco Alves, Antônia Dias dos Santos, mãe de Dona Diolina e Eugênio

⁹ O formulário do "Censo 2018" acima foi produzido após muitas reuniões com um grupo de lideranças Gueren e Kamakã até chegar a esse resultado. Foi elaborado por Nilson Francisco. Alves.

José Dias, pai de Ganito.

Atualmente moram na reserva indígena Caramuru Catarina Paraguaçu 38 famílias Gueren, sendo 18 famílias do tronco Manoel Veríssimo, 15 famílias do tronco de Dona Antônia e 5 famílias do tronco de Eugênio, perfazendo um total de 148 índios aldeados.

Do tronco de Manoel Veríssimo, entre os que tivemos a oportunidade de contar e os que tivemos de contar por aproximação, deu um total de 1025 índios Gueren. Do tronco de Antônia também tivemos de contar parte por aproximação, perfazendo um total de 273 Gueren. Por fim, o tronco de Eugênio, perfazendo um total de 213 índios — parte deles também contados por aproximação. Em vista dos indivíduos que pudemos contar, concluímos que, até a presente data, há 1511 índios da etnia Gueren, aldeados e não aldeados.¹⁰

Foi preciso fazer parte da contagem do referido censo por aproximação pelo fato de boa parte dos familiares terem se mudado para outros estados e havermos perdido o contato com eles.

Nessa pesquisa tivemos informação de que alguns desses índios têm vontade de voltar para a Reserva Indígena, mas têm medo de ter de enfrentar todo o sofrimento que seus pais contaram ter vivido aqui. Falam que se tiverem oportunidade, voltam para a aldeia. Vários membros dessas famílias Gueren que vivem em cidades, devido ao grande sofrimento e decepção vividos pelos seus pais e avós, não quiseram ser contados neste censo como indígenas. Abdicaram da sua etnia. Não gostam sequer de comentar que são indígenas.

3.4. DESCOBRINDO NOVAS FAMÍLIAS

No decorrer de nossa pesquisa, descobrimos em Camacan uma pessoa da família Gueren, Reginaldo Nascimento Alves, neto de Manoel Sansão Francisco Alves, o que nos trouxe imensa alegria, pois começamos a ver frutos do nosso trabalho. Através dele, descobrimos mais cinco sobrinhos de Manoel Veríssimo: Adelino Francisco Alves, José Francisco Alves (Chiquinho), Antônio Nascimento Francisco Alves, Eucides Francisco Alves (Duzinho) e Gerson Francisco Alves. Tivemos a oportunidade de conhecer parte dos membros dessa família, uns morando em Itabuna, outros em Porto Seguro e em Camacan. Com esta descoberta tivemos a oportunidade de acrescentar cento e quarenta e dois novos indivíduos

¹⁰ Consideramos neste parágrafo os indígenas aldeados e não aldeados, inclusive as novas famílias do tronco de Manoel Veríssimo, que descobrimos no decorrer desta pesquisa.

aos Gueren já conhecidos.

O tronco da família de Manoel Sansão Francisco Alves, filho de Antônio João Francisco Alves, viveu na aldeia Caramuru de 1930 até 1948.

3.4.1. Silvino

Na sequência dessa pesquisa, numa conversa com um primo do meu marido, José Raimundo, descobrimos que havia a possibilidade de encontrar mais parentes de Euzébia Madalena de Jesus, em Pau Brasil. Fomos à procura e encontramos no dia 29 de dezembro de 2019, uma pessoa com o nome de Sigfredo Silva dos Santos (Tico) e ele disse que Silvino, seu pai, é filho de Carolina Maria de Jesus¹¹ e primo de primeiro grau de Zulmira Madalena de Jesus (Dadinha) e sobrinho de Manoel Sansão Francisco Alves.

Conversando e contando a história de cada um, vimos que em um dado momento da história ela se converge. Os mesmos avós, tios, tias. Silvino Bispo dos Santos, patriarca dessa família, morreu há nove meses e por pouco não o conhecemos, pois ele morava muito perto de nós. Tico disse que Silvino, seu pai, morreu desejoso de rever os parentes índios. Infelizmente, ele não sabia que seus parentes moravam tão perto dele. Disse-nos também que, nos anos 80, muitas vezes seu pai foi convidado a voltar para a aldeia, mas não queria correr o risco de colocar a família em perigo diante das retomadas sangrentas que aconteciam no Caramuru nessa época. Quando os Gueren foram expulsos pelos fazendeiros nos anos de 1954 e 1955, o senhor Silvino saiu do Caramuru e foi morar em Pau Brasil. Uma parte da família foi para Maquinique, outra parte para Itabela (BA), outra para o Estado do Espírito Santo, São Paulo, Pará e ainda outra parte para o estado de Rondônia. Com o passar do tempo, foi-se perdendo o contato de alguns e, até hoje, não se sabe o paradeiro de muitos membros desta família.

Silvino casou, teve filhos e chegando à velhice, não queria morrer sem rever os parentes. Seus filhos até tentaram encontrar alguns deles. Procuraram por algumas vezes em Olivença, mas sem sucesso, pois os tais parentes já haviam retornado ao Caramuru. Segundo Tico e Nenga, seus filhos, Silvino tinha muita vontade de rever Sansão e Dadinha, seus

¹¹ Carolina Madalena de Jesus é irmã de Maria Madalena de Jesus. Não sabemos o porquê do nome ter sido alterado para Carolina Maria de Jesus na hora de registrar o filho Silvino Bispo dos Santos.

parentes mais chegados. Infelizmente eles morreram antes de Silvino, restando apenas seus descendentes.

Dessa nossa descoberta da família de Silvino, contabilizamos mais 283 novos Gueren. É importante dizer que ainda existem muitos índios Gueren a serem descobertos.

3.4.2. Antônia

Conversamos com um indígena da etnia Gueren com o nome de Nelson Gomes dos Santos, filho de Antônia Dias dos Santos.

Atualmente Nelson mora na região da Iracema, na aldeia Caramuru e está com sessenta e seis anos de idade. Nessa conversa ele confirma que sua mãe é mesmo de São Fidelis, município de Valença, e veio para o Posto Caramuru em 1933. Antônia se casou com um índio da etnia Kamakã, João Pereira dos Santos, na Aldeia Caramuru, onde nasceram seus nove filhos. Viveram na Reserva Indígena Caramuru, resistindo às afrontas de fazendeiros até 1957, ocasião que decidiram deixar o lugar para resguardar suas vidas. Na medida em que as crianças iam se tornando adultos, iam se casando e alguns chegaram a se mudar para outros estados brasileiros. Em 1982, Diolina Otavio dos Santos, uma das filhas de Antônia dos Santos, ficou sabendo que os índios iam retomar as terras do posto indígena Caramuru e veio com seu marido João Pereira dos Santos e família para juntar forças com os outros índios e começaram o processo de retomada das terras. Uma das filhas de Diolina, Joselita Pereira dos Santos, disse que a família de Antônia, sua avó, é muito grande. Só da parte de Diolina tem 66 (sessenta e seis) pessoas entre filhos, netos e bisnetos. Ela revela: “Minha mãe foi muito discriminada aqui. Até o cacique Gerson dizia que ela não era índia”.

Um dia Ninho, o chefe do posto, disse que mãe deveria buscar prova de que ela era índia da aldeia de São Fidelis. Foi aí que ela acordou e falou para a família. Gelson, seu irmão disse que tinha um documento que provava que eles são índios de São Fidelis. Então mostramos o tal documento ao cacique Gerson e ao chefe de posto Ninho e aí a discriminação começou a diminuir mais. Quando mãe morreu, Ninho fez um discurso no funeral dela e pediu perdão dizendo que muitas vezes deixou se influenciar pelos outros que falavam de mãe que ela não era índia, mas que depois que ela mostrou o documento que confirmava que ela era índia de São Fidelis, estava pronto para defender a família de mãe. Após a confirmação do documento que a mãe era índia o cacique Gerson também concordou com o chefe de posto Ninho. Entrevista inédita: Joselita Pereira dos Santos. Abril,(2018)

No trecho acima, observamos que a discriminação sobre os Gueren não consistia apenas no tronco de Manoel Veríssimo, mas abrangia as famílias dos três troncos. Por falta de conhecimento, neste caso, a discriminação foi praticada até pela liderança da aldeia. A boa notícia é que esta fala revela a atuação coerente dessas duas lideranças comprometidas com a boa governança como também a humildade em reconhecer que erraram. Preocupada com o bem-estar da comunidade, orienta Dona Diolina a voltar ao lugar de origem em busca de provas para por fim às maledicências espalhadas pela aldeia.

4. CAPÍTULO III: FAMÍLIA ALVES

Em uma tarde de prosa entre dois grandes amigos anciãos, na região da antiga fazenda chamada Bom Jesus, na aldeia Caramuru, entre um café e outro, Edivaldo da Silva (Kamakã) e Nilson Francisco Alves (Gueren) sentiram a necessidade de escrever um livro contando a história de 100 anos de convívio pacífico e familiar entre estes dois povos. Então, começaram a planejar as reuniões e conversar com os mais velhos. Depois de várias reuniões de planejamento envolvendo anciãos e professores das duas etnias, fizemos uma assembleia extraordinária na igreja da região de São Vicente na Aldeia Caramuru com os povos Kamakã e Gueren dirigida pelos líderes Edivaldo da Silva e Romildo Pereira (Uruará), ratificada pelos anciãos dos Kamakã, Dona Eliza (Lizinha), seu Marinho e os Gueren Nelson e Maria Alexandrina (Dona Preta), que são os troncos principais do povo Kamakã e Gueren onde foi lida, discutida em seus mínimos detalhes e finalmente aprovada a história a seguir.

A família indígena Alves, da etnia Gueren, não nasceu em Valença nem na aldeia de São Fidélis: nasceu diretamente na mata, na pessoa de Zóia Tereza.

Esta jovem senhora foi abruptamente retirada da mata com sua filha Lucinda. O que se sabe dela resulta de tristes relatos. Conta-se que Zóia foi tirada da sua vida, da sua família, da mata, que era o seu habitat natural, ainda muito jovem com uma criança no colo e com pouco tempo de casada. Tudo foi mudado bruscamente. Num dia estava tudo normal. Ela era feliz. De repente, já não era mais a mesma coisa. Pessoas novas e diferentes, maneiras diferentes de falar e comer. Teve que vestir roupas dos brancos e, para aumentar a dor, era consumida por uma grande saudade. Era livre para correr na mata, tomar banho nos rios e tinha tudo que precisava para viver feliz. Mas sentia muita falta de seu pai, de sua mãe, de seus irmãos e de seu marido. Tudo lhe foi tirado, menos a pequena Lucinda, pois estava em seus braços e apenas a filha a consolava. Na verdade, Zóia vivia momentos altamente confusos, pois não sabia o que ensinar a seu bebê, se a vida da mata ou o que ainda iria aprender de sua nova vida escravizada. Quando fechava os olhos, ficava como que sonhando acordada com a vida que lhe fora roubada. Restou-lhe apenas a grande dor chamada saudade. Em um registro feito por seus próprios descendentes, Zóia relata:

Vivia um tempo de liberdade, ia e vinha na hora que eu quisesse. Desde que comecei a me entender por gente a vida era brincar pra lá e pra cá; gostava

de balançar no cipó, correr na chuva com os outros meninos; saía correndo e pulava no rio para esconder das outras meninas e assim foi. Quando cresci fiquei de barriga (grávida), pari Lucinda e não demorou muito uns homens cercou a gente e me carregou pra longe do meu marido.

4.1. LUCINDA TEREZA

Da pequena Lucinda foi roubado o direito da agradável e imprescindível companhia do pai. Cercearam-lhe o direito de conhecer avós, tios e primos. Teve que enfrentar a vida apenas na companhia de Zóia, sua mãe. Tiraram-lhe a oportunidade de conviver e aprender os costumes peculiares da sua tribo. Foi impiedosamente impedida de desfrutar da companhia do seu povo, de brincar com seus amigos, como é direito de toda criança. Para se comunicar, teve de abdicar do direito de aprender sua língua materna e teve de aprender uma nova língua.

Não é preciso fazer muito esforço para imaginar como foi a frustração na adolescência dessa moça. Sem direito de ir e vir, se tentasse aprender a se comunicar com sua mãe na língua Gueren, era imediatamente repreendida ou até mesmo castigada pelos homens brancos por desobedecer a ordem de ter de falar só em português.

Mas nem tudo estava perdido. Teve a sorte de conhecer o jovem Antônio João Francisco Alves e não demorou muito começaram a namorar.

4.2. CASAMENTO

Antônio João Francisco Alves, natural da aldeia de São Fidélis, também de etnia Gueren, tomou a decisão de pedir à senhora Zóia sua filha Lucinda em casamento. Nessa época os casais de namorados não demoravam muito para se casar. E foi o que aconteceu. Lucinda se casou com quase quinze anos de idade.

A realização do casamento deu à jovem senhora Lucinda Alves o sabor de um tempo nunca antes experimentado. Podia fazer planos visando um futuro melhor, bem como ter uma casa que pudesse chamar de sua e plantar sua própria roça de subsistência. A vida lhe foi bem favorável e o casamento foi um passo gigantesco na vida dessa jovem senhora. Pouco tempo depois ficaria grávida e nasceria o seu primeiro filho. O casal lhe deu o nome de Manoel Veríssimo Francisco Alves.

No contexto familiar a vida já era outra. Aquela vida com pouco sentido dava espaço para um tempo melhor, tempo de fincar raízes. Era preciso esquecer o passado, olhar para frente. E o fizeram sem perda de tempo. Na sequência, lhes nasceram três filhas: Emília Alves, Joana Alves e Senhora Alves.

4.3. MORTE DE LUCINDA

Foram cerca de dez anos de casados. Neste ínterim, Lucinda foi acometida por uma doença e, após meses tentar reverter o quadro de sua saúde, apenas com remédios caseiros, pois nessa época os índios não gozavam do privilégio de ter acesso a médico, não resistiu. Veio a falecer ainda muito jovem com aproximadamente vinte e cinco anos de idade

4.4. SEGUNDO CASAMENTO

Como Antônio João cuidaria de quatro crianças e ainda trabalharia ao mesmo tempo? Isso lhe exigia muitos sacrifícios. Não demorou muito para sentir a latente necessidade de ter alguém para cuidar de seus filhos e de si próprio. Precisava de uma companheira. É aí que Euzébia de Jesus entra na história. Essa jovem índia vivia na aldeia de São Fidélis e vinha de um relacionamento frustrado, trazendo consigo duas filhas: Maria Madalena de Jesus e Carolina Madalena de Jesus.

Antônio João viu nela a possibilidade de constituir uma nova família, alguém para amar e cuidar de seus filhos. Então, após um tempo na condição de viúvo, se entendeu com Euzébia e resolveram unir-se em matrimônio, juntando esforços e responsabilidades na condução de uma nova família, que acrescentava aos seus quatro filhos as pequenas Maria e Carolina. A nova família se compôs da seguinte forma: Antônio João Francisco Alves (pai), Euzébia de Jesus (mãe), Manoel Veríssimo Francisco Alves (filho) Emília Alves (filha), Joana Alves (filha), Senhora Alves (filha), Maria Madalena de Jesus (filha), Carolina Mad. de Jesus (filha).

Agora já podia trabalhar tranquilo, sabendo que seus filhos estavam bem e em segurança. Desse novo relacionamento nasceram mais dois filhos: Manoel Sansão Francisco Alves e Flozina Madalena de Jesus. Anos depois, em data que não sabemos precisar, Euzébia faleceu de uma patologia mental.

Anos mais tarde, com os filhos já adultos, Manoel Veríssimo e Maria Madalena se interessaram um pelo outro e começaram a namorar. Não demorou muito tempo contraíram matrimônio. Esta decisão não gerou nenhuma confusão, embora, tenham crescido na mesma casa, como irmãos de criação. Manoel Veríssimo era filho de Antônio João com Lucinda, esposa do primeiro casamento, e Maria Madalena era filha da Euzébia com o marido do primeiro casamento. Nesta localidade o novo casal tiveram três filhos: Antônio Francisco Alves, Joana Madalena de Jesus (Naná) e Durvalino Francisco Alves (Druvá).

4.5. MANOEL VERÍSSIMO

O índio Manoel Veríssimo Francisco Alves, um dos troncos da etnia Gueren mencionado acima, nasceu em São Fidélis, município de Valência (BA). Não se sabe ao certo o dia e o mês do seu nascimento, mas sabemos que casou com vinte e cinco anos de idade e seu primogênito, Antônio Francisco Alves, nasceu aos 14 dias do mês de agosto de mil novecentos e dezessete, o que nos leva a inferir que o ano do seu nascimento foi 1891.

Maria Alexandrina, filha de Manoel Veríssimo, contou-nos que seu pai saiu de São Fidélis com toda a sua família em busca de sustento até chegar à Rio do Meio, município de Itororó e ali firmou moradia por um tempo. Neste local nasceram-lhes três filhos: Eurico Francisco Alves (Elviro), Laura Madalena de Jesus (Larinha) e Zulmira Madalena de Jesus (Dadinha).

Certo dia saiu para caçar, pois a caça continuava a ser uma das alternativas de sustentar a família. Manoel Verissimo andou até chegar na atual aldeia Caramuru, município de Pau Brasil. Conversando com habitantes do local, lhe foi sugerido que se apresentasse ao encarregado do Posto Indígena Caramuru Paraguaçu, Telésforo Fontes (funcionário do SPI). Após ouvir a sua história, Fontes mandou Manoel Veríssimo buscar toda a sua família. E, em 1930, Manoel Veríssimo fixa residência às margens do Córrego do Nena, atualmente conhecido como Córrego do Salgado, no posto Caramuru.

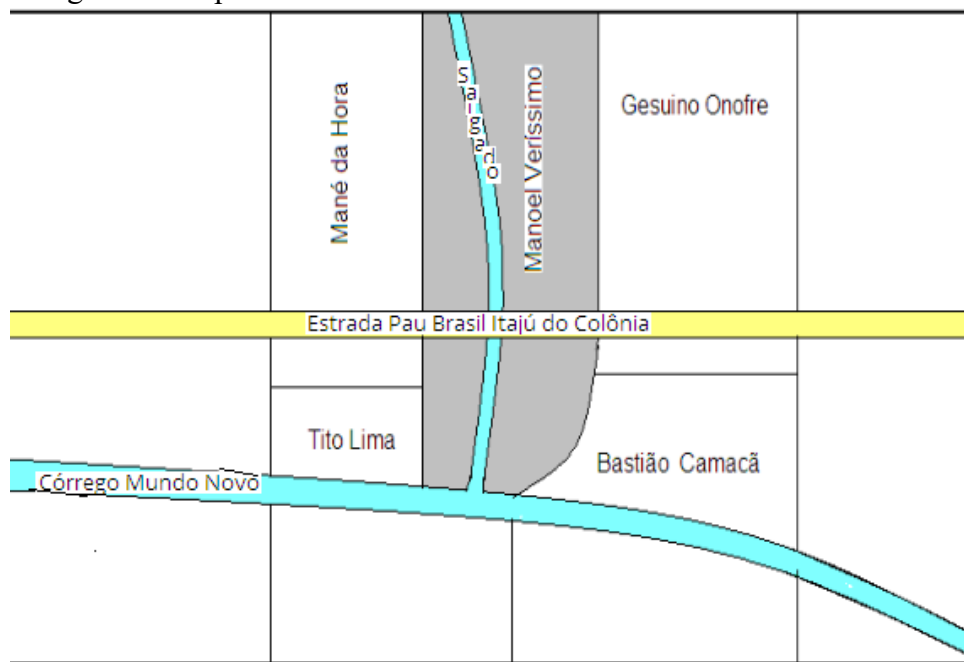
Figura 06: Foto atual da terra que Manoel Veríssimo recebeu há 85 anos



Fonte: Arquivo pessoal – 2017

Neste local, Fontes deu-lhe uma área de terra estremando com Bastião dos Kamakã (hoje conhecida como fazenda São Sebastião, do Dr. Josino), Tito Lima (hoje conhecida como fazenda Nova Vida I, do Dr. Luiz Santa Rosa), Jesuíno Onofre (hoje conhecida como fazenda Nova Vida II Dr. Pedro) e Mané da Hora, conforme figura abaixo.

Figura 07 Mapa da localidade das terras de Manoel Veríssimo em 1930



Fonte: Arquivo pessoal - 2018

Manoel Veríssimo, como o chamaremos daqui em diante, limpou uma área, construiu uma casinha modesta e aí habitou com sua família. Dentro de pouco tempo já tinha roça de mandioca, feijão, milho e banana da terra. Chegou a possuir sete reses, um cavalo e não lhe faltavam porcos e muitas galinhas.

4.6. CONVÍVIO DE DOIS POVOS

Um dos primeiros atos de aproximação desses dois povos, Kamakã e Gueren, aconteceu quando o índio da etnia Kamakã, José Caboclo, chegou no PI Caramuru Catarina Paraguaçu e Manoel Veríssimo, o Gueren, o acolheu em sua casa até José Caboclo organizar sua vida para poder trazer sua família. Esse acolhimento inicia a união desses povos.

Anos depois, com seus filhos já adultos, o filho de Zé Caboclo, Manoel Pereira dos Santos (Néo), começou a namorar com a filha de Manoel Veríssimo, Laura Madalena de Jesus (Larinha), tornando esse elo de união cada vez mais forte.

Esse período de namoro dá à amizade dessas etnias o vislumbre do quanto é importante somar forças. Esses dois troncos, Manoel Veríssimo e José Caboclo, dotados de

sabedoria, entendem que, no futuro, essa união seria de suma importância para enfrentar lutas a serem travadas.

Meses depois do início do namoro é oficializada a cerimônia de casamento dos seus filhos e fica consagrado para essas duas etnias o grau de família afim.

No Posto Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, Manoel Veríssimo e Maria Madalena tiveram seis filhos: Américo Francisco Alves, Maria Alexandrina de Jesus (Preta), Salvador Francisco Alves, João Francisco de Jesus (Marcha Lenta), Argemiro Francisco Alves e Ormino Francisco Alves (Indirá ou Dico).

Na época que chegou no posto indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, só conheceu uma família indígena morando nesta região: Jacinta e Rosalina com seus dois filhos, Sebastião (Bastião) e Etelvino (Telvino).

4.7. FALECIMENTO

Depois de muitas vitórias, mas também de muitos sofrimentos, Manoel Veríssimo precisou defender mais uma vez a integridade de sua família. Foi quando Bastião, filho da índia Rosalina, aproveitou a oportunidade em que Durvalino, filho de Manoel Veríssimo, teve de fazer um trabalho longe de casa. Bastião invadiu a casa de Durvalino e com palavras desrespeitosas desacatou Anita, a nora de Manoel Veríssimo. Este entendeu que Bastião investiu contra a honra da esposa de seu filho Durvalino e ao se manifestar em defesa de sua nora, Bastião o ameaçou ao dizer que iria se arrepender por haver se intrometido no assunto. Tempos depois desse acontecimento uma pessoa amiga da família disse que Bastião confessou ter feito uma bruxaria pedindo a morte de Manoel Veríssimo que, desde então, começou a ter muita falta de ar e constante febre. Sofreu durante vários meses e veio a falecer deste mal no ano de mil novecentos e quarenta e oito, com aproximadamente cinquenta e sete anos de idade. Manoel Veríssimo foi sepultado em sua própria terra no Caramuru.

A esposa de Manoel Veríssimo, Maria Madalena de Jesus participou da diáspora da família Alves e o que se sabe dela é que foi morar numa fazenda que fica entre Rancho Queimado, Vila Progresso e Massaranduba, na Bahia, e, mais tarde, ficou muito doente. Já sozinha, veio a falecer no ano de mil novecentos e sessenta e três, com aproximadamente sessenta e cinco anos de idade.

4.7.1. Filhos de Manoel Veríssimo e Maria Madalena

Estes são os filhos dos índios Manoel Veríssimo e Maria Madalena, por ordem de nascimento:

- | | |
|----------------------------------|---|
| 01 – Antônio Francisco Alves | 02 – Joana Madalena de Jesus (Naná) |
| 03 – Durvalino Francisco Alves | 04 – Eurico Francisco Alves (Elviro) |
| 05 – Laura M. de Jesus (Larinha) | 06 – Zulmira M. de Jesus (Dadinha) |
| 07 – Américo Francisco Alves | 08 – Maria Alexandrina de Jesus (Preta) |
| 09 – Salvador Francisco Alves | 10 – João F. de Jesus (Macha Lenta) |
| 11 – Argemiro Francisco Alves | 12 – Ormindio F. Alves (Indirá e/ou Dico) |

Antônio Francisco Alves conheceu uma bela e atraente moça, filha dos índios Francisco dos Santos e Marta dos Santos, da etnia Kiriri Sapuyá, também moradores do PI Caramuru Catarina Paraguaçu, com o nome de Helena Rosa de Jesus. Casaram-se na igreja católica central de Santa Rosa, atual Pau Brasil em 1948 e geraram os seguintes filhos:

- | | |
|--------------------------------|-----------------------------|
| 01 – Natanael Francisco Alves | 06 – Nilson Francisco Alves |
| 02 – Maria do Carmo Rosa Alves | 07 – Lurdes Rosa Alves |
| 03 – Marinalva Rosa Alves | 08 – Paulo Francisco Alves |
| 04 – Romilda Rosa Alves | 09 – Wanderson Rosa Alves |
| 05 – Osmar Francisco Alves | |

4.8. MARIA DO CARMO

Após o casamento, Antônio Francisco e Helena de Jesus ainda moraram na terra de Manoel Veríssimo por seis anos e aqui nasceram seus primeiros filhos: Natanael Francisco Alves e Maria do Carmo Rosa Alves, sendo que a menina morreu aos três anos de idade. Natanael Francisco já estava com cinco anos quando toda família teve de sair rechaçada de sua própria terra.

5. CAPÍTULO IV: RAZÃO DA DIÁSPORA ALVES, DA ETNIA GUEREN

À medida que iam sendo substituídos os chefes de posto, uns faziam o que era devido a suas funções e outros deixavam a desejar. Foi o caso de Castelo Branco que, ao invés de proteger os índios, trabalhou ferrenhamente contra eles. Este último chefe de posto — é como chamamos hoje os funcionários da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que vêm com esta função, conseguiu realizar o seu mirabolante intento maligno. Em sua nefasta ação espalhou o terror por toda a reserva. Protegeu uns poucos e aterrorizou outros tantos. Inverteu o real sentido de proteger a reserva indígena. Aos poucos foi ampliando a existente e desastrosa permissão do cidadão não índio de arrendar as terras indígenas pagando uma taxa ao danoso e extinto SPI (Serviço de Proteção ao Índio), expondo assim os índios a iminentes perigos.

Essa iniciativa de arrendar as terras da reserva indígena veio com a desculpa de pensar não apenas nos índios, mas também no cidadão não índio desfavorecido financeiramente. Logo, trazer os pobres para explorar as terras da reserva indígena foi uma grande estratégia para dentro de pouco tempo começar a entregá-las a fazendeiros e expulsar os índios do local.

Alguns desses arrendatários foram, aos poucos, oprimindo os índios e adquirindo mais e mais terras até chegar ao absurdo de amparados por pistoleiros, oferecerem um valor insignificante a determinados índios para saírem de suas terras. Sem lhes dar sequer oportunidade de dizer não à suposta oferta, a “escolha” que restava a alguns era: ou aceitavam a bagatela ou podiam começar a cavar suas próprias sepulturas.

O intento engendrado dava cada vez mais certo e o óbvio acontecia: expulsar os índios e entregar as terras para os fazendeiros.

Entre muitos atores desse mal, destaco Ariston, ao qual o SPI, na pessoa de Castelo Branco, permitiu agir amedrontando muitos índios. Esse maléfico fazendeiro começou a praticar uma política de terror à base de pistoleiros, obrigando os verdadeiros donos das terras a negociar suas propriedades. Uma das muitas vítimas dessa política de terror foi o índio José Martins, que sofreu grande perseguição psicológica e quando viram que o homem não cedia, o mataram com um grande requinte de crueldade.

É importante dizer que havia muitos atores no cenário dessa política de repressão ou de terror, todos bem preparados e amparados pelo Estado, no sentido de atacar e expulsar os índios. Cito o nome e a ação criminosa de Ariston para deixar claro ao leitor a dimensão da

atrocidade que aconteceu nessa época e que foi praticada por vários fazendeiros. Portanto, nesse contexto, ficou instaurada a política do terror.

Muitos índios, com medo de perderem suas vidas, tiveram de expor suas famílias aos perigos constantes para tentar protegê-las do desastre iminente que os cercava. Sem escolha, deixaram tudo que possuíam e começaram pouco a pouco a abandonar suas terras, dando início à sua peregrinação por todo o território brasileiro. A família Alves foi apenas uma vítima entre muitas a serem expulsas de sua terra.

5.1. SOFRIMENTOS

Os Alves saíram da sua terra querida, pegaram às pressas o que dava para levar, fizeram trouxa de algumas peças de roupa, levaram o que podiam de comida, juntaram tudo isso e puseram no lombo de um jumento. Pegaram suas mulheres e filhos e os colocaram nos lombos dos poucos animais que possuíam. Como não tinham animais suficientes, algumas mulheres tiveram de seguir a pé com os homens. Iniciaram sua jornada sem nenhuma perspectiva. Dona Helena, anciã, esposa do senhor Antônio Francisco, conta que em uma semana morreram três irmãs dela com 8,10 e 12 anos, em total abandono do estado. Seu pai chegou a ficar fraco do juízo em virtude da dor que o consumia pela morte de suas três filhas. É que não tinha dinheiro nem nada que pudesse vender para providenciar socorro. A única coisa que lhes restava era a família. O que tinham como certo era que o próximo dia nasceria.

Pairava sobre esta gente a grande preocupação de enfrentar as horas do dia seguinte, pois não tinham a menor ideia do que lhes esperava. Era preciso conviver com o fantasma do medo. Medo de enfrentar o desconhecido, de ter que dormir ao relento. Temiam pela segurança da família, principalmente os que tinham filhas moças.

Nessa altura, os pés já sangravam, pois havia semanas de caminhada. Durante essa jornada, algumas famílias já precisavam fazer um controle rigoroso de mantimento para não faltar nada, até que chegasse o momento de poderem trabalhar e se suprirem novamente de alimento.

A cada lugar que chegavam pensavam ser ali um novo recomeço, e percebiam que nada havia mudado, pelo contrário, além das dificuldades já vivenciadas, começaram a experimentar outros tipos de problemas: onde morar; onde plantar suas roças, sem falar na preocupação de como sustentar a família sem formação profissional.

O sofrimento não parou por aí. Acostumados com a simplicidade da roça, aqueles que foram para as cidades de maior porte passaram a andar com medo de serem assaltados a qualquer momento.

No decorrer da caminhada, a família Alves foi se dividindo. Após meses de peregrinação, uns foram para Maquinique, outros para Itabela (BA), outros foram para o Estado do Espírito Santo, São Paulo e Pará. Com o passar do tempo, foi-se perdendo o contato de alguns e, até hoje, não se sabe o paradeiro de muitos membros dessa família.

5.2. MOTIVAÇÃO DO RETORNO

Por volta de meio século, à família Alves ficou longe de suas terras e parte deste tempo viveu na condição de nômade. Por isso, sempre se sentiam deslocados, como um peixe fora d'água. O corpo estava longe, mas a alma esteve sempre em sua terra-mãe. Não há nenhum exagero em dizer que o apego ao lugar de nascimento é uma realidade na vida das pessoas. Essa saudade era um dos sentimentos mais dolorosos que os acompanhava.

Viviam enclausurados, mas, ao mesmo tempo, nunca perderam a sensação de liberdade ao lembrar-se da sua terra de origem. Sempre morou em seu peito o sonho de ter a sua própria roça. Nunca faltou a boa lembrança de colher o que plantavam. O contato com a flora, o estar perto da fauna, o barulho da chuva caindo na mata, foram sempre razão para esse sentimento se perpetuar por todo esse tempo até que, aos poucos, parte dos familiares começaram a voltar. No ano 2000 Maria Alexandrina e João Francisco moravam em Guaratinga (BA). Fizeram uma reunião com seus familiares e nessa reunião chegaram à conclusão de que já haviam sofrido em demasia e estava na hora de voltar para sua terra natal. E assim o fizeram.

O primeiro contato da família Alves com a Aldeia Caramuru se deu em 1997, dezessete anos após a morte de Antônio Francisco. Naquela altura, Laurinha e Néó, acompanhados de seu filho Juscelino convidaram Nilson Francisco para visitar uns familiares que já estavam morando no posto Caramuru. Nesse mesmo ano, Nilson retornou ao PI (Posto Indígena) e trouxe sua esposa Laudiceia Pagehu e seus dois filhos, Diego e Pâmella. A partir desta data as idas e vindas ao PI pela família de Nilson foram frequentes até que em 2000 e nos anos subsequentes Dona Helena e Natanael passaram a morar no PI Caramuru por um período de quatro, cinco e até seis meses. Em seguida, voltavam para o Espírito Santo

novamente. Resolviam o que era preciso e voltavam novamente até que chegou o dia em que Helena e seus filhos, Natanael, Nilson e Lurdes, vieram de vez morar na aldeia.

Enquanto estavam morando fora, participaram subjetivamente da conquista destas terras, enviando alguma ajuda financeira para patrocinar as viagens a Brasília, pois na época alguns membros da família de Dona Helena Alves, esposa de Antônio Francisco estavam com vínculo de trabalho.

A seguir é apresentada uma lista de alguns descendentes de Manoel Veríssimo e Maria Madalena, com alguns filhos casados. Não são apresentados todos os filhos com suas respectivas esposas pelo fato de termos perdido o contato com alguns deles.

Eurico Francisco Alves (Elviro) casou com Zilda Fernandes Alves (Gila) e gerou:

- | | |
|-----------------------------|------------------------------|
| 01 – Vital Fernandes Alves | 05 – Tereza Fernandes Alves |
| 02 – Manoel Fernandes Alves | 06 – Roberto Fernandes Alves |
| 03 – Luzia Fernandes Alves | 07 – Jane Fernandes Alves |
| 04 – João Fernandes Alves | |

Laura Madalena de Jesus (Larinha) com o jovem índio da etnia Kamakã Manoel Pereira dos Santos (Neo) e gerou:

- | | |
|-----------------------------------|----------------------------------|
| 01 – João Pereira dos Santos | 07 – Judite Madalena de Jesus |
| 02 – Gerosina Madalena de Jesus | 08 – Jucelino Pereira dos Santos |
| 03 – Josivaldo Pereira dos Santos | 09 – Neuza Madalena de Jesus |
| 04 – Sebastião Pereira dos Santos | 10 – José Pereira dos Santos |
| 05 – Salvador Pereira dos Santos | 11 – Josias Pereira dos Santos |
| 06 – Julivaldo Pereira dos Santos | |

Américo Francisco Alves casou com Delminda Maria Alves e gerou:

- | | |
|-----------------------------|------------------------------|
| 01 – Pedro Francisco Alves | 06 – Sandra Maria Alves |
| 02 – Manoel Francisco Alves | 07 – Valdete Maria Alves |
| 03 – José Francisco Alves | 08 – Cosme Francisco Alves |
| 04 – Maria Aparecida Alves | 09 – Adjalma Francisco Alves |
| 05 – João dos Reis Alves | |

Maria Alexandrina Madalena de Jesus (Preta) casou com José dos Anjos Carvalho (Zeca) e gerou:

- | | |
|------------------------------|----------------------|
| 01 – Rosália Madalena Mendes | 05 – Evanildo Mendes |
| 02 – Ednaldo de Jesus Mendes | 06 – Adailton Mendes |
| 03 – Gileno de Jesus Mendes | 07 - Elilton Mendes |
| 04 – Ivanete Madalena Mendes | |

João Francisco de Jesus casou com Fidelina Alves Moreira e gerou:

- | | |
|--------------------------------|-------------------------------|
| 01 - José Messias de Jesus | 06 - Maria Aparecida de Jesus |
| 02 - Eliete Francisco de Jesus | 07 - Alessandra de Jesus |
| 03 - Ana Jara Moreira de Jesus | 08 - Diolane Maria de Jesus |
| 04 - Cleiton Moreira de Jesus | 09 - Rosilade Maria de Jesus |
| 05 - João Moreira de Jesus | |

6. CAPÍTULO V: UM ENSAIO VISUAL

Figura 08: Gravura dos Botocudo



Ferrario, Giulio - 1830

Esta gravura retrata o imaginário do indígena Botocudo no início do século XIX, conforme a visão do bibliotecário italiano Giulio Ferrario, falecido em abril de 1847. Ferrario foi contemporâneo do príncipe Maximiliano Alexander Philipp zu de Wied-Neuwied – Alemanha.

Maximiliano chegou ao Brasil em 1815 e se dedicou ao estudo da flora, fauna e as tribos indígenas; deu atenção especial ao estudo do povo Botocudo, principalmente, quanto a seus hábitos, costumes; inclusive, aprendeu a se comunicar na língua Botocudo. Encontrou um Gueren/Botocudo na aldeia de Almada chamado de Capitão Manoel e ficou desapontado ao perceber que o índio já não usava mais os lábios e orelhas esticados. Tema comentado a partir da página 10 deste trabalho.

Figura 09: Família Alves, descendente de Manoel Veríssimo.



Fonte: Arquivo pessoal – 1997

No início do ano de 1997 recebemos a visita do primo Juscelino, que estava levando os pais, tia Larinha e tio Néó, à Bahia para realizar o sonho de pelo menos passear na cidade natal e também rever os parentes. Eles convidaram o Nilson para acompanhá-los nessa viagem ao Caramuru e ele imediatamente aceitou o convite. Ao voltar, estava muito feliz, pois pode rever os tios, primos, primas, e principalmente Tio João e Tia Preta. Ao retornar da visita, Nilson sugeriu que fôssemos à aldeia Caramuru para que pudéssemos conhecer em família o lugar onde viveram seus pais. Foi uma experiência muito boa e para que essa visita ficasse registrada, tiramos essa foto: Nilson, Laudiceia, Diego e Pâmella. Desde então nos apaixonamos pela aldeia, que passou a ser o nosso lugar preferido de passear, até que tomamos a decisão de vir morar aqui na aldeia definitivamente.

Figura 10: Eliza Maria dos Anjos (Tia Lizinha)



Fonte: arquivo pessoal - 2019

Eliza dos Anjos. Sua história está registrada na página 19. É muito conhecida como Dona Lizinha, tem 94 anos de idade e mora na aldeia Caramuru há 37 anos, sendo a mais velha do grupo étnico a que pertence, os Kamakã; portanto, é reconhecida como uma das anciãs de alta autoridade desta etnia e do povo Pataxó Hãhãhãe. Conhece a história dos Pataxó Hãhãhãe como ninguém. Veio com seu pai, José Caboclo, para a Reserva Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu com 10 anos de idade e prestou excelente trabalho social em prol deste povo. Profunda conhecedora de planta com poder curador, sendo altamente procurada pelos moradores da aldeia em busca de alguma receita de chás para sanar problemas de doença.

Figura 11: Adelino Francisco Alves



Fonte: Arquivo pessoal - 2019

Adelino Alves, sobre quem comentamos na página 27, mora em Itabuna e é filho de Manoel Sansão Francisco Alves e sobrinho de Manoel Veríssimo Francisco Alves. Nasceu no Posto Indígena Caramuru e viveu com a família na aldeia Caramuru de 1930 até 1938. Seu pai morreu e foi sepultado no Posto Indígena, na terra onde pertencia a seu irmão Manoel Veríssimo Francisco Alves. Adelino tem cinco irmãos que vivem em outras cidades da Bahia. Com esta descoberta, ganhamos a oportunidade de acrescentar aos Gueren já conhecidos mais cento e quarenta e dois novos Gueren. Este foi um dos grandes achados desta pesquisa.

Figura 12: Silvino Bispo dos Santos



Fonte: Arquivo pessoal -2018

Silvino Bispo dos Santos, registrado na página 28, é outro patriarca de mais uma família Gueren que descobrimos no decorrer desta pesquisa. É filho de Pantaleão e Carolina e nasceu em 25/06/1927, tendo falecido em Pau Brasil, em 07/04/2019. Saiu do Caramuru e viveu na cidade de Pau Brasil até a sua morte. Negou com veemência voltar para reserva indígena e até pediu a seus filhos para não voltarem para aldeia com medo deles viverem as hostilidades que ele e seus pais viveram no passado. Infelizmente quando descobrimos esta família não deu mais tempo de conhecê-lo em virtude de seu falecimento.

Figura 13: Onildes de Jesus Santos



Fonte: Arquivo pessoal – 2015

Onildes de Jesus Santos era chamada carinhosamente de Nide. É filha de Zumira Madalena de Jesus (Dadinha) e neta de Manoel Veríssimo e Maria Madalena. Registro único nesta página. Descobrimos um dos filhos de Nide, José Raimundo, morando na Zona rural em Chora Zói, município de Camacan, BA. Eu e meu esposo, Nilson, fomos à sua casa no dia 05 de novembro de 2018. Depois das apresentações, no decorrer das conversas, ficou confirmado que Nide é mesmo prima do meu marido, Nilson Alves. Pedimos uma foto de Dadinha para por no ensaio fotográfico e infelizmente eles não tinham. Então pedimos uma fotografia de Nide, sua filha, para colocarmos no trabalho.

Figura 14: Nelson Gomes dos Santos



Fonte: Arquivo pessoa -2019l

Este é o Ancião Gueren Nelson Gomes dos Santos, filho do tronco de Antônia Dias dos Santos. Falamos sobre ele na página de número 29. Esta fotografia foi feita no quintal de sua casa às margens do Rio Mundo Novo, na região da Iracema, Caramuru. Sua família é grande, mas por razões de subsistência, parte de seus filhos vivem fora da aldeia.

Figura 15: M^a Alexandrina (Preta)



Fonte: Arquivo pessoal – 2019

Dos doze filhos do casal Manoel Veríssimo e Maria Madalena esta é a oitava filha conforme registro na página 17. É uma anciã muito conhecida na comunidade por sua paciência e amabilidade no tratar as pessoas. Possui também muito conhecimento de remédios caseiros, sendo muito procurada pelos parentes para fazer tratamento em busca da cura de alguma enfermidade.

Figura 16: Antônio Francisco Alves



Fonte: Arquivo pessoal - 1977

Este é o filho mais velho de Manoel Veríssimo e Maria Madalena, mencionado na página 34. Nasceu em 14 de agosto 1917 no município de Valença- BA e chegou ao Posto Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu na companhia de seus pais com 13 anos de idade no ano de 1930. Viveu no Caramuru de 1930 até 1953.

Figura 17: Eurico Francisco Alves



Arquivo pessoal - 1979

Esta fotografia foi tirada há 41 anos, pela qualidade se pode perceber que é bem antiga. Eurico Francisco Alves nasceu em 07 de abril de 1924. É o quarto filho de Manoel Verissimo e Maria Madalena. Falamos do seu nascimento na página 35 no corpo deste trabalho. Deixou a Bahia na mesma época que seu irmão Antônio Francisco e juntos, sem recurso financeiro, foram a pé do Caramuru até a cidade de Montanha no Estado do Espírito Santo e aí fixaram morada. Foi um dos filhos que também não quis mais voltar para o Posto Indígena Caramuru. Faleceu em 19 de julho de 1994 em Pinheiros Estado do Espírito Santo.

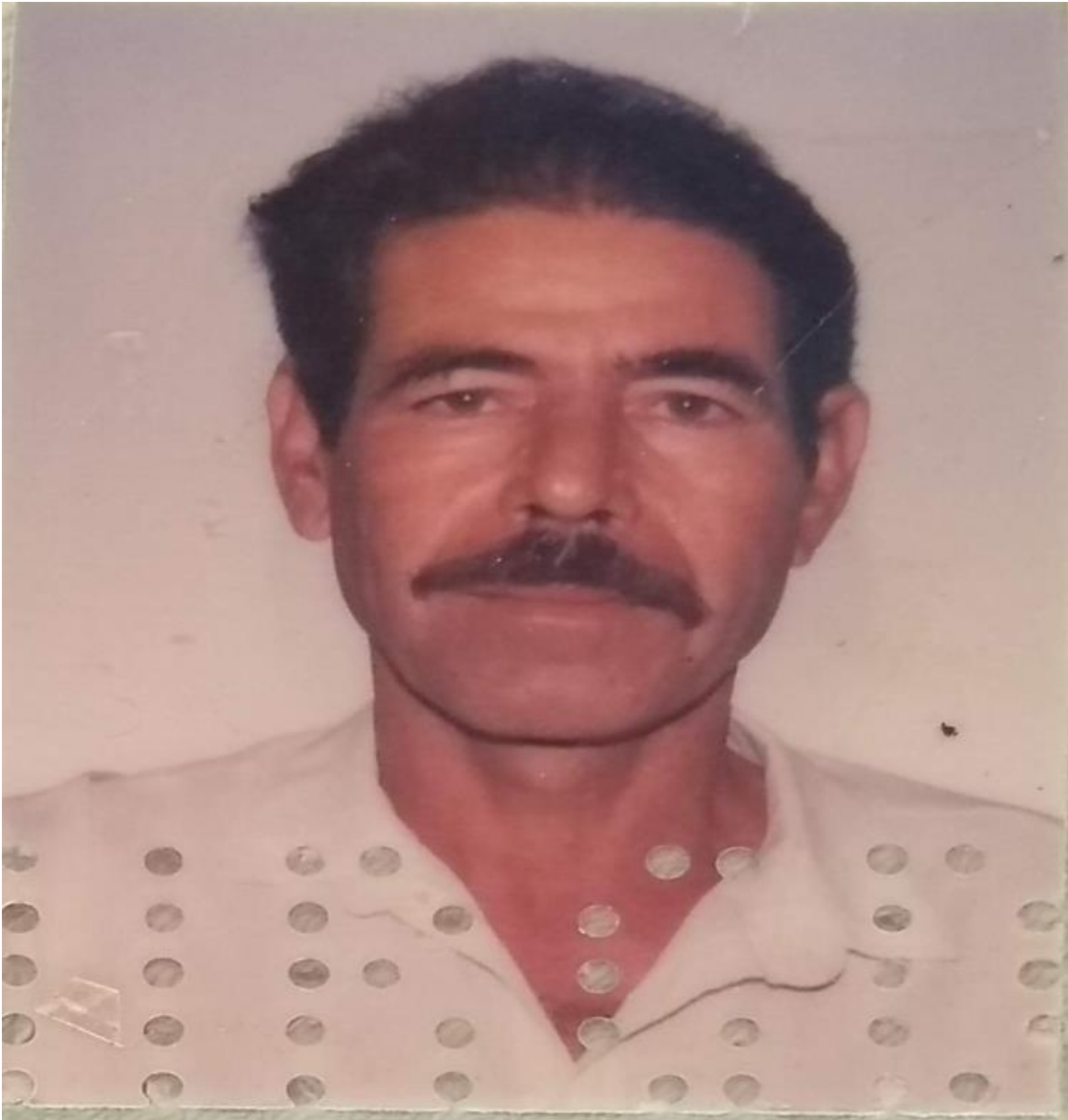
Figura 18: Laura Madalena de Jesus



Arquivo pessoal - 1990

Esta é a quinta filha de Manoel e Maria Alves que carinhosamente era chamada de Larinha. Falamos sobre ela na página 35. Nasceu na Região do Rio do Meio onde pensavam que nessa altura fosse município de Poções-BA. Casou com Manoel Pereira dos Santos (Néo), da etnia Kamakã aqui na Aldeia e saiu do Posto Indígena Caramuru indo para Maquinique. Não demorou muito, mudou para São Paulo e lá acabou de criar sua família. Foi através da tia Laurinha que nos passamos a conhecer a aldeia Caramuru.

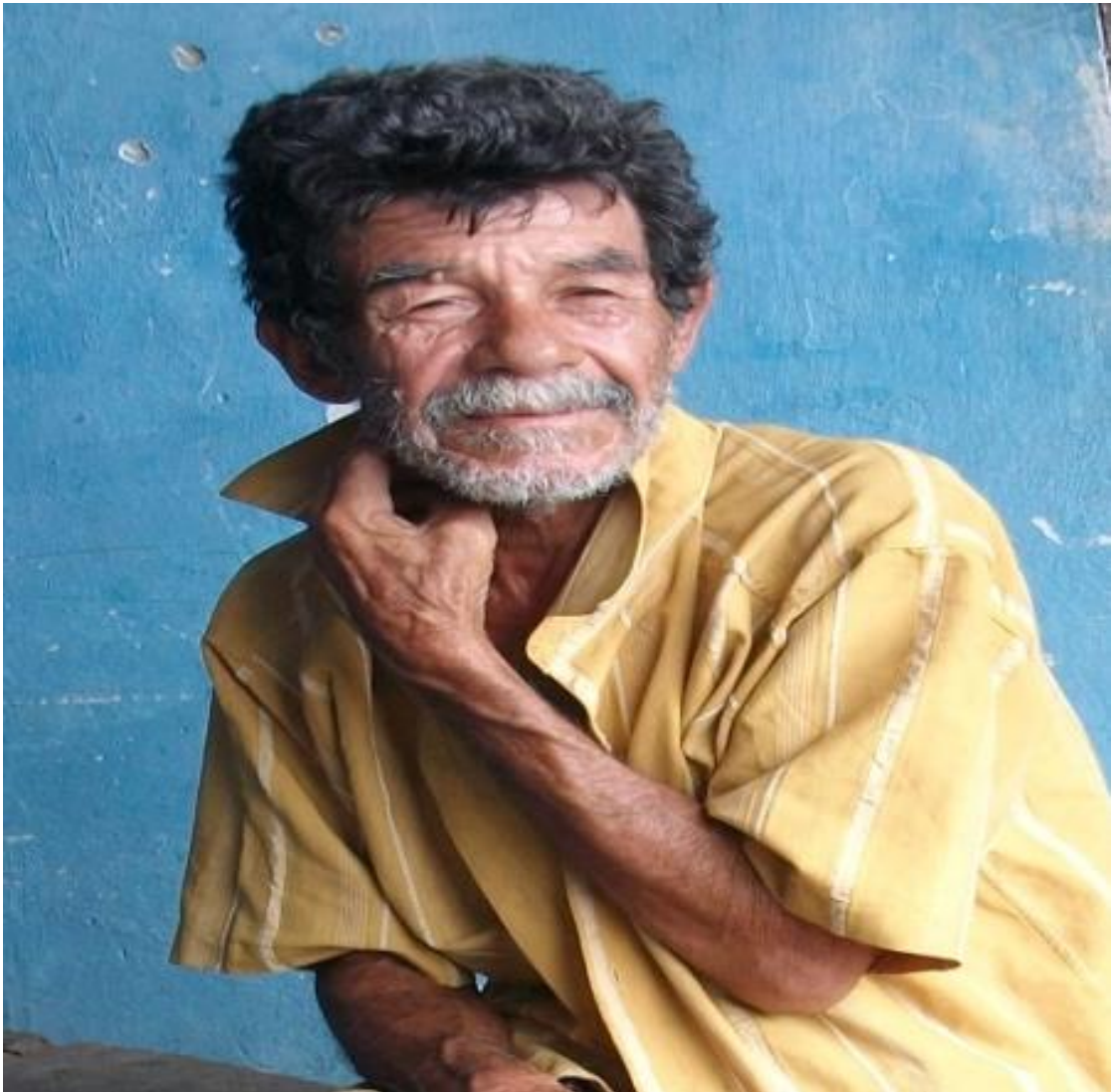
Figura 19: Américo Francisco Alves



Fonte: Arquivo pessoal – 1990

Este é o sétimo filho de Manoel Veríssimo e Maria Madalena, registrado na página 37. Saiu da Aldeia Caramuru com sua mãe e parte dos seus irmãos na década de 50, indo morar no Estado do Espírito Santo e fez questão de esquecer a aldeia Caramuru. Infelizmente faleceu no estado de São Paulo em 2000.

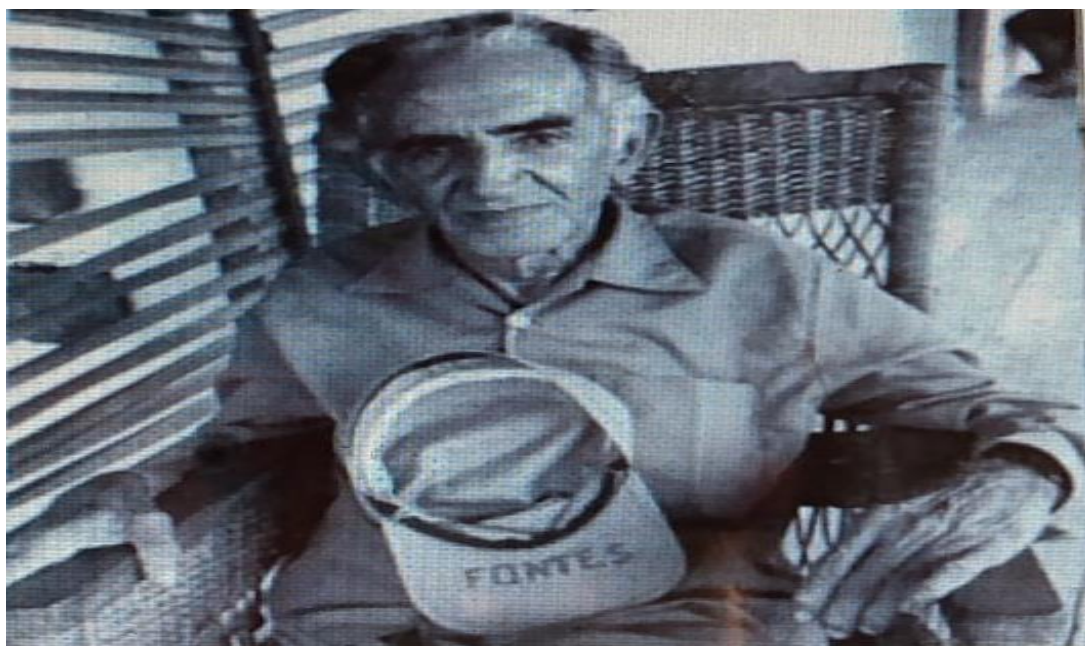
Figura 20: João Francisco de Jesus



Fonte: Arquivo Pessoal - 2014

João Francisco de Jesus, conhecido na aldeia como "Marcha Lenta", é o décimo filho de Manoel Veríssimo e Maria Madalena. Nasceu no Caramuru, às margens do Córrego do Nena, por volta de 1940. Saiu do Posto Indígena Caramuru no ano de 1953, morou em vários lugares da Bahia, e, por fim, voltou para o Caramuru definitivamente no ano 2000, conforme mencionado na página 37. Ancião respeitado pela comunidade. Ainda em vida manifestou a vontade de, quando morresse, ser enterrado na sua roça. Em 2014 faleceu e sua vontade foi respeitada. Foi enterrado na sua rocinha no Rio Pardo.

Figura 21: Telesforo Martins Fontes (empregado do SPI)¹²



Segundo Nilson, meu marido, seu pai contava que Manoel Veríssimo, gozava da confiança de Fontes. Certa vez chegou ao Caramuru um engenheiro para fazer medição das terras indígenas. Fontes ficou sabendo e mandou prendê-lo e em seguida mandou chamar Manoel Veríssimo para ajudar a dar uma surra no prisioneiro. Quando Manoel Veríssimo chegou, viu que o engenheiro era um rapazinho muito novo e disse: "— Fontes, este engenheiro ainda é um menino! Como este monte de gente vai bater num menino! Solta o rapaz, moço! Deixa isso pra lá. Não vamos bater nele, não!" Então, Fontes pensou, pensou e disse: "— Tá certo, Mané. Solta o homem e manda ele sumir daqui." O engenheiro perguntou o nome do homem que o ajudou. Não demorou muito tempo chegou um monte de gente armado fazendo arruaças e muita atrocidade com os moradores do Posto. Quando chegaram à casa do seu avô, perguntaram o nome do dono da casa, ao que disseram: Manoel Veríssimo. Então o chefe deles disse a seus liderados que tinha ordens para não fazer nada com Manoel Veríssimo nem tocar em nada que fosse dele, pois tinha em seu poder uma carta de recomendação dizendo para protegê-lo.

¹² Foto foi extraída do trabalho de dissertação de mestrado de Talita Almeida Ferreira – 2017 apresenta com Fonte: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A iconografia Indigenista. In: Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011, P. 134.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como pudemos confirmar durante nossa pesquisa, uma etnia, por si só, não constitui uma nação indígena, muito menos uma nação fortalecida. Para ser uma nação é preciso que haja várias etnias unidas, o que nos torna fortes como povo indígena. Esperamos que o conteúdo desse percurso possa servir como ferramenta de reflexão tanto para os Gueren como para outras etnias. Bem sabemos que quem quiser alegrar o atual governo é só semear a discórdia entre os índios. Infelizmente, o sistema político tem enxertado a ideia, ainda que subjetivamente, de que pode fazer uma etnia lutar contra outra com o propósito de enfraquecer os povos indígenas. Como a política dominante não pode fazer isso diretamente usa a estratégia de fomentar a discriminação e a discórdia entre as etnias indígenas, o que costuma ser uma ferramenta eficaz para a opressão e o extermínio de povos indígenas.

Para que a história não se repita, pretendemos transformar esta pesquisa em uma espécie de contra-ferramenta, ou seja, uma ferramenta de resistência, que seja usada a nosso favor, uma ferramenta que possa contribuir para manter nosso povo livre, unido, consciente e empoderado, no sentido de se tornar apto a ler nas entrelinhas do discurso da elite branca dominante as armadilhas que possam provocar nossa derrota. Temos, sim, que estar fortalecidos. Conscientes não apenas dos nossos deveres, mas também dos nossos direitos.

Conclui-se dizendo que a história da etnia Gueren já passa de cinco séculos e por falta de dedicação em pesquisas sobre este povo ouve um silêncio em sua história a partir do século XIX que pôs em risco o extermínio desta etnia. Com certeza há mais conteúdo do que poderia caber em um percurso acadêmico. Logo, pode-se dizer que esta pesquisa não pode se dar por encerrada, principalmente quando consideramos a magnitude desta ancestralidade e a língua desse povo.

8. REFERÊNCIAS

ALVES, Nilson Francisco & ALVES, Laudiceia da Vitória Pagehú. Entrevista ainda inédita com Joselita Pereira dos Santos. Caramuru, Pau Brasil-BA. Abril/2018.

ALVES, Nilson Francisco & ALVES, Laudiceia da Vitória Pagehú. Entrevista ainda inédita com Maria Alexandrina Madalena de Jesus Caramuru, Pau Brasil-BA Outubro/2018.

ALVES, Nilson Francisco & ALVES, Laudiceia da Vitória Pagehú. Entrevista ainda inédita com Eliza Maria dos Anjos (tia Lizinha), Caramuru, Pau Brasil-BA – junho/2019.

Carta Régia de 13 de maio de 1808.

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html

EMMERICH, Charlotte & MONSERRAT, Ruth. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas linguísticas Boletim do Museu do Índio Antropologia, n. 3, p. 3-44. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Índio, 1975.

FERRARIO, Giulio. Gravura – chefe de Botocudos, 1830.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Botocudo>

MATTOS, Izabel Missagia de. A guerra ofensiva aos “Botocudos Antropófagos” nas minas oitocentistas e seus significados para a nacionalidade brasileira em formação: Uma abordagem comparativa. Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, Ano I, Número 1, março de 2017.

NOBRE, Wagner Carvalho de Argolo. Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial. Dissertação de mestrado 2011

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro, 1992. Os Botocudos e sua trajetória histórica <http://www.etnolinguistica.org/hist:p413-430>

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. O tempo da dor e do trabalho: A conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. Salvador: Edufba, 2014.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX. Revista de Antropologia, p. 75-90, 1992.

REGO, André de Almeida. Trajetórias de vidas rotas: terra, trabalho e identidade indígena na província da Bahia (1822-1862). 399 f. Tese (doutorado) em história social - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

STF, Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre nulidade de títulos de propriedade sobre imóveis: ACO 312 BA. Maio de 2012:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=629999>

ANEXO I

Vocabulário Gueren

Aproveitamos para apresentar algumas palavras da língua materna que Manoel Veríssimo falava. Infelizmente demoramos muito tempo para fazer este registro e perdemos a oportunidade de registrar a essência da língua. Conseguimos estas palavras com tia Preta e tio João, com certo grau de dificuldade, pois dada a idade avançada deles já não se lembram de muitas palavras que seus avós e seus pais falavam. Eles ainda se lembram dessas palavras, pelo fato de estarem ligadas a histórias que marcaram suas vidas.

ITEM	NA LÍNGUA	PORTUGUÊS
01	ACARA	Beré (espécie de tilápia pequena)
02	ARUPEMBA	Peneira
03	BORUM	Índio
04	CLITCHAT	Cortador de Verdura
05	KAMANDUÊ	Sapo
06	KAPÔRA	Capoeira
07	KIMUNGO	Mundéu, Armadilha
08	KIXIMUÃ	Paca
09	KUAZERO	Veado
10	KUPARAK	Onça
11	KURUKAS	Crianças
12	MOCOXÔ	Feijão de corda
13	PAXOQUE MOCUXÚ	Peixe
14	RODOCANGURU	Tatu

